



ELO



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XII - N.º 149

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

Mensário - Novembro - 1986 - 30\$00

Experiência pioneira na escola Ramalho Ortigão



Todos aprendem mais nas turmas com deficientes

A Escola Preparatória Ramalho Ortigão, no Porto, iniciou, em 1984, uma experiência inédita de integração de alunos deficientes em turmas normais. Os resultados foram extremamente encorajadores:

não só se verifica um maior rendimento escolar de deficientes e não deficientes, mas também no aspecto do comportamento, há melhorias sensíveis a assinalar.

Uma experiência que aponta caminhos para o futuro, descrita nas

PÁGS. CENTRAIS

SNR propõe quota de emprego na Administração Pública

DESPORTO ● DESPORTO ● DESPORTO

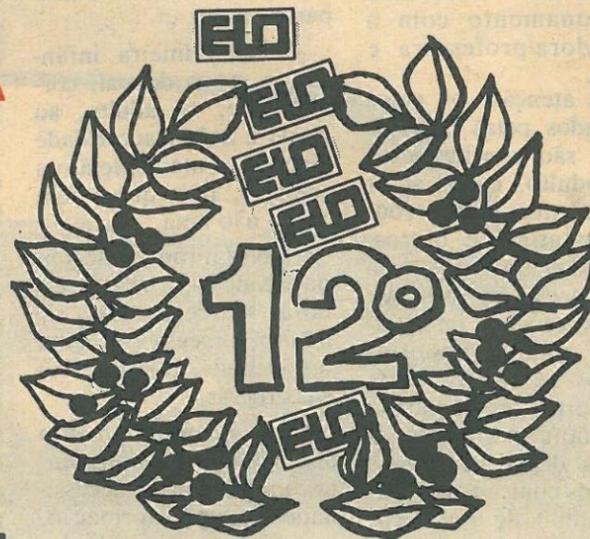


● St. Maria da Feira

● Peniche
● Ribafria

ADFA PRESENTE

- Meia Maratona de Lisboa
- Amadora
- Coimbra
- Nazaré



Destacável de 4 páginas sobre os 12 anos do Elo e as comemorações que irão assinalar a efeméride: jogos florais, desporto, colóquios, projecção de um filme e um grande almoço de confraternização.

climérea
Clínica Médica de Reabilitação
Rua da Bempostinha, 64 A-64 B
Telefs.: 57 39 37 - 57 55 94
1100 LISBOA

TRATAMENTOS DIÁRIOS DAS 8 ÀS 20 HORAS
COM PRÉ-MARCAÇÃO

ORTOPEDIA ● REUMATOLOGIA
CIRURGIA PLÁSTICA E CONSTRUTIVA ● FISIOTERAPIA

**CONSULTAS
DIÁRIAS**



Janela interior

Pelo sócio dr. Valente dos Santos

DELINQUÊNCIA (CONCLUSÃO)

A segunda infância coincide com a entrada da criança na escola, embora algumas vezes haja vivências anteriores, quando a criança frequentou o jardim-escola; em ambas situações a criança sofre a primeira grande mudança, pois troca um ambiente protegido, que é o familiar, por um hostil por ser desconhecido, que é o da escola ou jardim-escola, podendo considerar-se que a escola está para a criança, como a sociedade para o adulto.

Já neste período, a criança pode apresentar comportamentos dissociados, e assim estamos perante uma delinquência primária, como por exemplo as faltas à escola, embora hajam outras razões como a violência das crianças mais velhas, mau relacionamento com a educadora/professora e outras.

Mas atenção, há actos praticados pelas crianças e que são considerados, pelo adulto, como actos delinquentes, como roubos, mentiras e outros, praticados quer em casa quer na escola, mas que nós psicólogos, interpretamos como comportamentos reveladores de uma forte personalidade da criança; comportamentos dissociados são os dirigidos contra a sociedade, sintoma de uma recusa de integração na mesma.

Se a criança conseguir ultrapassar todas estas dificuldades, inerentes e próprias do seu desenvolvimento, não se tornando um delinquente primário,

é confrontado com um temível obstáculo, que é a crise da adolescência.

Se o(a) adolescente tem uma imagem negativa de si próprio, essa auto-imagem leva-o a escolher um modelo, «o seu herói», tão mau como ele adolescente, pensa que é.

Essa identificação negativa, pode provocar a delinquência secundária, ou seja o delinquente adulto.

Assim, há uma relação íntima e uma correspondência entre os comportamentos dissociados da infância e os da adolescência:

— Na primeira infância, a recusa do jogo, corresponde, no adulto, à recusa ao trabalho, pois o brinquedo está para a criança como o trabalho par o adulto.

— Na primeira infância, o medo do pai, corresponde, no adulto, ao medo a toda a autoridade e consequentemente à sua rejeição, pois quem tem medo não ama.

— Nas primeira/segunda infâncias, a fuga à escola, corresponde, no adulto, à recusa de aceitar a sociedade, com todas as suas regras.

Todo o comportamento dissociado/acto delinquentes, implica uma necessidade de auto-informação, que não foi adquirida durante a infância, devido não só a uma atitude rejeitante dos pais mas também devido à ausência de uma imagem de identificação real.

Por exemplo, no com-

portamento dissociado, roubo, podemos encontrar três grupos de motivos:

- os ligados à necessidade de subsistência;
- compensação de carências e frustrações sócio-afectivas;
- a agressividade, pelo prazer de destruir.

Na adolescência, como todos os comportamentos dissociados, o roubo é praticado em grupo, sendo utilizado pelo adolescente como necessidade de ocupação de tempos livres, e, por outro lado, como forma de por em causa os valores morais/tradicionais do adulto.

Quando, por exemplo, o filho do sacristão ou da professora de moral roubam a caixa das esmolas na igreja, não são motivados por benefícios imediatos, mas procuram, em última análise, atingir os pais, e aquilo que eles representam.

Finalmente vamos focar as características psicológicas do delinquente adulto/adolescente, que adoptam um estereótipo do «duro», do «macho», e que está muitas vezes ligado a uma indiferença afectiva para com o outro, enquanto ser humano sexuado, e assim a relação afectivo-sexual é vivida como um acto fisiológico ou lucrativo, e geralmente é executado com desprezo pelo outro, e nunca com disponibilidade de dar e receber; não é por acaso que a marginalidade anda de mãos dadas com a prostituição feminina e masculina.

Agenda

• Sede não encerra à hora de almoço

Para melhoria dos serviços de atendimento aos sócios, a Sede vai passar a estar ininterruptamente em funcionamento das 10 às 19 horas de todos os dias úteis.

Esta alteração entra em vigor no dia 2 de Dezembro.

• Dia do Deficiente

O próximo dia 9 de Dezembro foi escolhido para Dia Nacional do Deficiente. Entre as manifestações promovidas em Lisboa pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, estão previstas a realização de uma corrida em cadeira de rodas na Avenida da Liberdade e a montagem, durante uma semana de um espaço de animação cultural no centro de Lisboa, com pavilhões das associações de deficientes.

• Reunião com o SNR

A Direcção Central teve nova reunião com o Secretário Nacional de Reabilitação no início do mês de Novembro, tendo tido ocasião de manifestar as posições da ADFA sobre a nova Lei Orgânica em perspectiva para aquele organismo.

O novo secretário Nacional de Reabilitação, dr. Fouto Pólvora, deu-nos conta da intenção de criar um Conselho de Investigação no âmbito do SNR destinado a promover uma abordagem científica e a proceder a investigação em vários domínios da reabilitação. É ainda sua intenção, como já anteriormente havíamos noticiado, reactivar o Conselho Nacional de Reabilitação, pondo-o de novo a funcionar através da criação de grupos de trabalho e abrindo-o a outras organizações de deficientes que nele não estão estatutariamente representadas.

Esta reunião serviu ainda para uma troca de informações sobre aspectos

concretos da vida do dia a dia da ADFA e do SNR.

O novo secretário Nacional de Reabilitação tem mostrado uma atitude de boa colaboração e manifestado interesse na resolução dos problemas que lhe têm sido colocados pela ADFA.

• DC esteve no Lar Militar

Elementos da Direcção Central estiveram no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, cujas instalações percorreram detidamente, e onde almoçaram a convite do director.

Foi decidida a criação de um grupo de trabalho para estudar uma futura colaboração bilateral entre o Lar e a ADFA. Um dos aspectos que essa colaboração poderá revestir refere-se à utilização das instalações do Lar para iniciativas da ADFA, sendo possível que já nas Festas de Aniversário do ELO se venham a disputar competições desportivas nos campos do Lar, caso não chova, como noticiamos noutra local.

• Inquérito sobre ocupação de tempos livres

As Delegações e Núcleos têm em seu poder um formulário destinado a inquirir das ocupações dos tempos livres dos sócios da ADFA e determinar as suas preferências, que constitui instrumento fundamental para ir ao encontro dos desejos da massa associativa no lançamento de novas acções nesse domínio. Pede-se por isso a todos os sócios que passem pelas suas delegações a fim de responder a este inquérito.

Participação

O associativismo não se manifesta só no pagamento das quotas, no voto quando há eleições para os órgãos sociais.

O associativismo não se compadece em deixar a resolução de problemas essenciais à Associação nas mãos de minorias ou elites mais ou menos esclarecidas.

A participação activa dos sócios na vida dos Núcleos Delegações e Sede é vital para o presente e futuro da Associação.

Todos sabemos que a vida é absorvente e que a maturidade traz para muitos de nós responsabilidades cívicas comunitárias, profissionais e familiares acrescidas.

Mas a maturidade traz

• ADFA na Rádio Hertz

A Rádio Hertz, de Tomar, dedicou um programa «Janela Aberta» à divulgação das actividades e posições da ADFA.

A emissão realizou-se no dia 1 de Novembro entre as 19 horas e 30 e as 21 horas. As intervenções de dois elementos da Direcção Central e um sócio procuraram dar a conhecer a ADFA nessa zona onde se desenha a possibilidade de criação de um núcleo.

O programa, da responsabilidade do psicólogo Valente dos Santos está na disposição de colaborar activamente a criação do Núcleo de Tomar.

Há já excelentes perspectivas de se conseguirem instalações para o funcionamento desse núcleo, pois há uma entidade particular disposta a ceder-nos uma sala e há também total abertura da Autarquia e vontade de colaborar connosco.

• Formação Profissional

Os sócios eventualmente interessados em vir a frequentar cursos de torneiro mecânico, soldadura, manutenção de motores marítimos fora de borda e micro soldadura, deverão contactar a Sede, para se possa proceder ao levantamento dos interessados com vista ao possível lançamento de acções de formação profissional nessas matérias.

• Música

Os Grupos Dinamização da Sede apelam a todos os sócios que saibam tocar instrumentos musicais para que se manifestem e tragam um pouco da sua arte até nós.

Esperamos que nas próximas festas e convívios possamos já deliciar-nos com música feita por sócios da ADFA.

também no nosso modelo de sociedade um certo bem-estar e um apelo ao individualismo. É, no fundo, a imagem do cidadão sentado na sua poltrona frente ao receptor de televisão.

Cautela. Recordem-se de que a ADFA nasceu da revolta contra uma situação injusta e cruel.

Como todas as revoltas, quando parcialmente bem sucedidas veio a seguir o torpor e o adormecimento. E na nossa sociedade quem adormece é vencido.

Há tanto a fazer! Lembremo-nos por exemplo dos jovens deficientes em serviço, buscam uma solução para os seus problemas.

CATARINO SALGADO



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:

António Augusto Almeida Santos,
Armindo Roque, Barros Dias,
Cid dos Santos e Vitorino Martins

Composto e impresso: Empresa Pública Diário Popular (EPDP) Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 14 700 exemplares

Comparticipação em transportes motivados por razões de saúde

A ADME difundiu uma Nota Circular em que estabelece requisitos para a satisfação de pedidos de comparticipação em transportes motivados por necessidade de cuidados de saúde.

A referida Nota aponta a obrigatoriedade de apresentação de declaração comprovativa da necessidade de deslocação, e outra, passada pelo médico ou serviço onde o doente se deslocou, indicando precisamente os dias em que foram prestados os cuidados de saúde.

Declaração passada por médico ou estabelecimento de saúde, comprovando:

a) A necessidade da deslocação, focando a falta de meios especializados na localidade em que se encontra o beneficiário (residência ou local onde foi

acometido da doença) bem como da unidade de cuidados de saúde mais próxima e em condições de prestar a assistência requerida.

b) Caso o doente careça, por motivo do seu estado físico ou mental, de ter um acompanhante na deslocação e/ou de ter de utilizar transporte diferente do colectivo, deve a declaração mencionar tais factos, devidamente especificados.

É dispensada a declaração respeitante ao acompanhante se o beneficiário doente for menor de 14 anos, inclusive.

Outra declaração passada pelo médico ou pela instituição onde o beneficiário foi assistido, indicando precisamente os dias em que foram efectuados os cuidados de saúde».

SNR propõe

Quota de emprego para deficientes em todos os órgãos da Administração Pública

O SNR vai propor ao Governo a fixação de uma quota de emprego para deficientes, de 8 por cento, em todos os órgãos da Administração Central, Regional e Local. Esta proposta resulta da acção de um Grupo de Trabalho para a Integração Socio-Profissional dos Deficientes na Função Pública que teve participação activa da ADFA.

Desse grupo de trabalho fazem igualmente parte representantes da Associação Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), da Associação Nacional de Deficientes (APD), do Secretariado Nacional de Reabilitação, da Secretaria de Estado da Administração Autárquica e da Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional.

A proposta, que mereceu concordância da ADFA prevê nomeadamente a criação de uma quota de emprego para indivíduos deficientes na Administração Central equivalente a 8 por cento do total de funcionários e agentes ao serviço de

cada departamento governamental.

Nos termos da proposta, enquanto estiver em vigor a actual legislação condicionante dos ingressos de pessoal, «será implementada uma quota de admissão de indivíduos deficientes correspondente a 8 por cento das quotas de descongelamento por departamento governamental».

Para beneficiarem deste regime específico, a proposta prevê que os deficientes devam «estar habilitados médica, funcional e profissionalmente pelas entidades competentes» e detenham «capacidade necessária» para o exercício das funções requeridas.

A proposta prevê ainda que, no caso de o recrutamento ser feito por concurso, e para o efeito do preenchimento da quota deverá o respectivo aviso de abertura mencionar o número de vagas que serão obrigatoriamente preenchidas por pessoas deficientes e que «caso não existam deficientes concursados em condições de beneficiar deste

regime específico», as vagas correspondentes à quota de emprego possam ser preenchidas pelos outros concorrentes ao concurso.

Para efeitos de aplicação da quota, a proposta do Grupo de Trabalho prevê que «sejam tidos em conta os funcionários e agentes deficientes já ao serviço da Administração Central reconhecidos pelas entidades competentes».

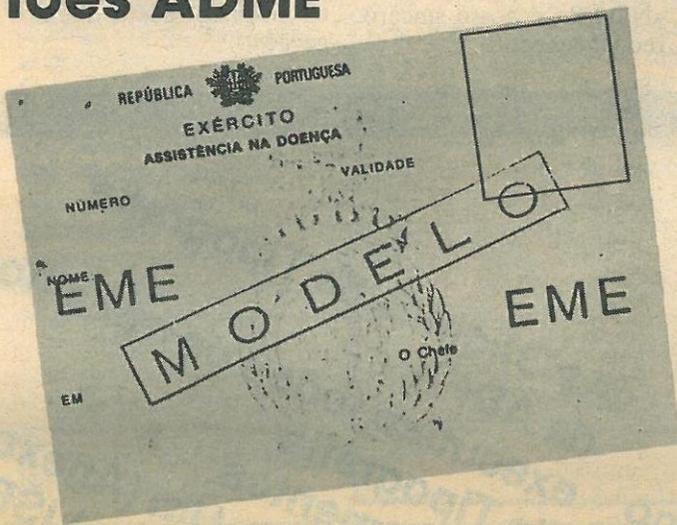
Administração Local ajustamento específico

No tocante à Administração Regional e Local, a proposta prevê a criação de idêntica quota de 8 por cento dos funcionários ao serviço de cada Autarquia, mas remetendo a colocação em prática dessa determinação de acordo com a especificidade dos regimes correspondentes. Eis o texto:

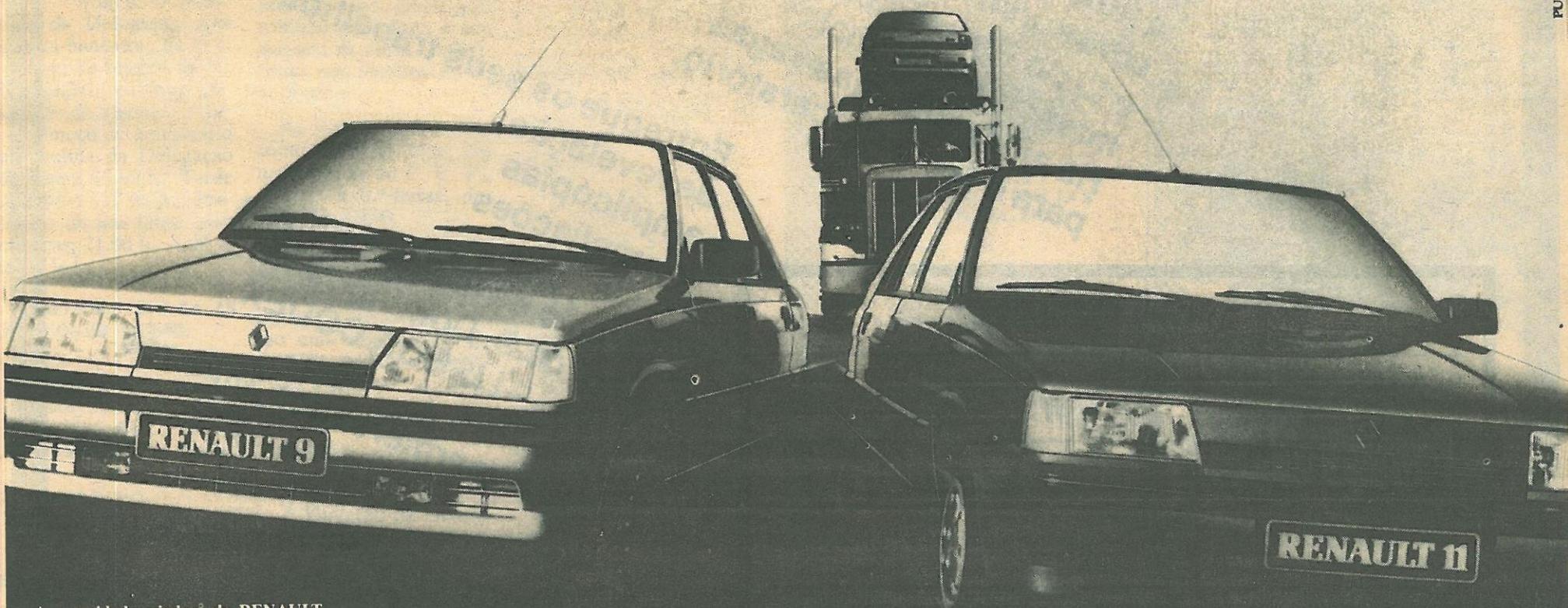
«O processo de implementação desta quota (na Administração Regional e Local) será efectuado de acordo com a especificidade dos regimes próprios da Administração Regional e Local».

Novos cartões ADME

Os antigos cartões da Assistência na Doença aos Militares do Exército (ADME) vão ser substituídos por novo modelo emitido por meios informáticos. Durante um certo período os dois modelos de cartão coexistirão, mas esse período é limitado pois em data a fixar só o novo modelo passará a ter validade. Oportunamente será divulgada a forma de proceder à substituição.



NOVO RENAULT 9 novo RENAULT 11



A capacidade criadora da RENAULT manifesta-se uma vez mais. Renovar os sucessos é um dos atributos da sua liderança. O lançamento dos novos modelos 1987 do RENAULT 9 e do RENAULT 11 responde com rigor a tal propósito. Os novos RENAULT 9 e RENAULT 11 surpreendem na performance, no design, no conforto e estabilidade absolutos. São a resposta de uma marca líder, para quem cada desafio é uma vitória. Novos RENAULT 9 e RENAULT 11 uma vastíssima gama de versões. A opção única para uma clientela cada vez mais exigente.



RENAULT PORTUGUESA
Sociedade Industrial e Comercial, S. A. R. L.
SERVIÇO DE VENDAS DIRECTAS E ESPECIAIS

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11 - E
1900 LISBOA

UMA DUPLA com PERSONALIDADE



ALCOBAÇA

Almoço de confraternização

Os sócios do núcleo de Alcobaca vão realizar no próximo dia 7 de Dezembro um almoço de confraternização, em que os familiares serão igualmente bem-vindos.

O repasto terá lugar no Restaurante Corações

Unidos, após concentração dos participantes, no Largo do Mosteiro, às 12 horas.

É da máxima conveniência que os interessados se inscrevam até 5 de Dezembro. O custo da refeição é de 950\$00 por adulto e 450\$00 por criança dos 3 aos 10 anos.

FARO

Festa de Natal

A Festa de Natal em Faro vai realizar-se no dia 13 de Dezembro, nas instalações da Delegação, com a presença do Rancho Folclórico Infantil de São Bartolomeu de Mesines.

As inscrições deverão ser feitas até às 18 horas do dia 11 de Dezembro, na Delegação ou através de carta ou telefonema.

Simpósio

A Direcção da Delegação de Faro foi mais uma

vez convidada a participar no Simpósio sobre Higiene e Segurança no Trabalho realizado no Hotel Eva, em Faro, nos dias 6 e 7 de Novembro.

O presidente da Dele-

gação, José Nicolau Rufino, representou a ADFA no encontro, muito participado, durante o qual foram abordados vários temas relacionados com a matéria em apreço.

UISEU

ADFA na Rádio «NOAR»

O programa «Porta Aberta» da Rádio «NOAR», de Viseu convidou o Presidente da Direcção da Delegação, para participar num programa sobre deficientes, no dia 3 de Novembro, pelas 21 horas, programa com duração de uma hora.

Neste contacto por intermédio da rádio teve a Delegação de Viseu a possibilidade de dinamizar a ADFA, o seu jornal

«ELO» e, ao mesmo tempo dar a conhecer a todos os ouvintes os projectos desta Delegação.

Aproveitámos ainda o tempo de antena para endereçar a todas as Associações de Deficientes deste Distrito as nossas saudações, bem como, colocarmo-nos disponíveis para debate de assuntos prementes dos deficientes.

O programa «Porta Aberta» da Rádio «NOAR» o nosso sincero reconhecimento.

Novo horário

A partir do próximo dia 1 de Dezembro o horário de atendimento aos sócios, passa a ser o seguinte:

De manhã: Das 9 às 11.30 horas

De tarde: Das 14.30 às 17 horas

O funcionamento da Delegação continua a ser das 9 às 12.30 e das 14 às 18 horas. A diferença que se verifica no horário é para permitir que se possa dar despacho ao expediente.

Posto médico

No dia 8 de Novembro iniciaram-se as consultas médicas gratuitas, no Posto Médico desta Delegação.

Neste primeiro dia de atendimento aos sócios e familiares (esposa e filhos) tiveram lugar consultas no âmbito da Medicina Geral, tendo sido os sócios observados pelo Dr. António Jorge Barroso.

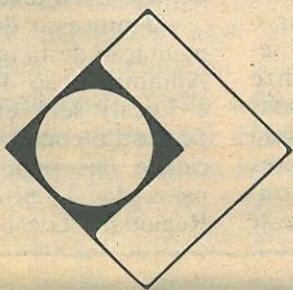
A partir do dia 22 do corrente estas consultas estender-se-ão à clínica especializada, realizando-se todos os sábados, de manhã, a partir das 10 horas.

As marcações deverão ser realizadas até às 18 horas, de cada quinta-feira.

Futebol de onze

A convite da Associação Recreativa e Cultural, de Santarinho, a Delegação de Viseu, participou num jogo de futebol de onze no âmbito das

Serviços



ADFA

As Oficinas de Tipografia da ADFA executam todos os trabalhos de Tipografia e acabamentos
Rua Artilharia Um (Anexo do HMP)
Telefone 65 35 93 — LISBOA

Escola em horário nocturno a funcionar na Sede com curso de alfabetização e Ciclo Preparatório, intensivo e normal.
Há ainda algumas vagas para o Ciclo Preparatório.

Entregue os seus trabalhos de revelação, ampicópias e ampliações
Sede:
Palácio da Independência
Lag. de S. Domingos
1194 — LISBOA CODEX
ou nos Supermercados Militares

APOIO MÉDICO

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas-feiras, às 14 horas, e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUATRIA Médico: dr. Gameiro	Quintas-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA CLÍNICA Psicólogo: sócio dr. Valente dos Santos	Na Sede: primeira quinta-feira de cada mês às 10 horas Atendimento domiciliário: nas terceiras quintas-feiras de cada mês No consultório do dr. Valente dos Santos, em Tomar (Rua Ângela Tamagnini n.º 11, r/c-Esq.), nos restantes dias, especialmente para os sócios de Leiria, Tomar, Abrantes e Santarém.
FISIATRIA E TERAPIA FÍSICA Médico: dr. Joaquim Neto	Segundas-feiras às 14 h. 30
Osteopata: dr. Borges de Sousa	Quartas-feiras às 11 horas

Centro Oficial de Meios Ortopédicos da ADFA
as mais modernas técnicas de próteses e ortóteses
R. Pedro Hispano, 1105
Tels. 69 20 81 - 69 65 35
4200 PORTO

delegações • núcleos • delegações • núcleos

comemorações do primeiro aniversário daquela prestigiosa Associação, em 15 de Novembro, no campo de futebol do Lusitano de Vildemoinhos.

No dia 7 de Dezembro, a equipa de futebol de onze desta Delegação, desloca-se ao Porto, para aí realizar um encontro com a equipa da Delegação do Porto, por ocasião das comemorações do décimo segundo aniversário.

Campeonato de Sueca

Vai realizar-se a partir do dia 8 de Novembro um Campeonato de Sueca nas instalações da Delegação de Viseu, da ADFA. Para tal foram convidadas através de uma circular outras Associações do concelho. É dentro do espírito associativo que se pretende a realização desta e de outras actividades.

Convívio de Natal/86

No dia 20 de Dezembro de 1986, vai realizar-se a Festa de Natal, dos associados da Delegação de Viseu, que terá lugar no auditório da Feira de S. Mateus.

Programa: 10 horas — Exibição de um filme para crianças.

11 horas — marionetas

12.30 horas — Almoço de confraternização, que será servido num dos pavilhões, junto ao auditório.

14.30 horas — Actuação dos palhaços «Rabane e Cebolinha».

15.30 horas — Distribuição de brinquedos.

20.30 horas — Espectáculo Musical e Ballet, com a participação da Escola de Artes de Viseu.

OBSERVAÇÃO: — As entradas para o espectáculo musical e ballet, são pagas. Os bilhetes estão à venda nesta Delegação, ao preço de 200\$00, cada lugar.

AS CRIANÇAS ATÉ AOS 10 (DEZ) ANOS NÃO PAGAM.

Para distribuição de lembranças, todos os associados devem inscrever os filhos até aos 10 anos de idade. Podem fazê-lo por carta, por telefone, ou dirigindo-se directamente à Delegação. Esclarecemos que só serão distribuídos brinquedos aos filhos dos associados que assistam ao espectáculo.

Os preços de inscrição para o almoço são os seguintes:

— Até aos seis anos, não se paga.

— Dos 6 aos 11 anos, paga-se 340\$00.

— A partir dos 11 anos paga-se 680\$00.

LIMITE PARA A INSCRIÇÃO DO ALMOÇO E DISTRIBUIÇÃO DE BRINQUEDOS: 10/DEZ/86.

Obras

Foram realizadas durante o mês de Outubro obras nas instalações da Delegação de Viseu. Tacos soltos, paredes deterioradas, falta de espaço para convívio social davam aspecto caricato a esta Delegação.

Entenderam os elementos da Direcção realizar obras. O Governador Civil de Viseu apoiou a Delegação com a verba de Esc: 100 000\$00 (cem mil escudos), para tal fim.

Pretendemos agora a vossa frequência. Venham e tragam os vossos familiares e amigos também.

do um autocarro para que os sócios interessados possam durante a parte da manhã visitar alguns dos locais mais importantes de Coimbra, tais como: Convento de Santa Clara, Sé Velha, Sé Nova, Igreja de Santa Cruz, Universidade, Penedo da Saudade, Choupal, etc.

Pretende-se assim, não limitar o convívio ao aspecto gastronómico, aproveitando-se a ocasião para uma hora de aproveitamento cultural.

As visitas aos monumentos serão acompanhadas pelas explicações de uma pessoa licenciada em História.

Os sócios que queiram integrar as visitas culturais deverão comparecer nas instalações da Delegação pelas 9 horas do dia 13 de Dezembro, data do convívio.

Crónica

Henrique Mendonça

Está uma longa bicha de pessoas na paragem de autocarros. É fim da tarde de um dia de calor.

Quando chega o autocarro, as pessoas, certamente cansadas por um dia de trabalho, não têm qualquer pressa de entrar.

Como a paragem servia várias carreiras, deduzi que os cidadãos à minha

frente esperavam outro destino e avancei para a porta.

Nisto, alguém me puxa pelo casaco: «O senhor está a passar-me à frente!»

Explico que não era essa a minha intenção, que me desculparão, pois estava convicto de que não havia mais passagei-

ros interessados naquela carreira.

A resposta veio carregada de insultos, numa linguagem que o mais puro linguista teria dificuldade em entender.

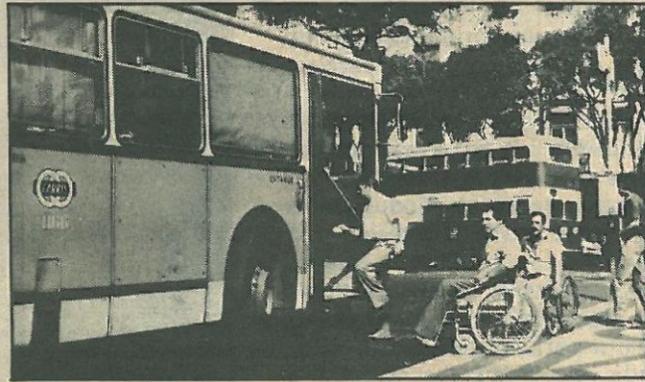
Tentando pôr termo ao conflito, expliquei-lhe que, embora tendo passado à frente sem qualquer intenção, teria o direito de o fazer deliberadamente, por ser deficiente motor. Mas a discussão continuou e, prolongou-se durante a viagem.

Não sobrou lugar para mim e fiquei de pé ouvindo as sentenças reprovatórias da minha «má conduta» na bicha.

Farto de ouvir, arregacei as calças e mostrei a prótese.

O resmungão revolveu-se no assento e ficou calado daí em diante.

Eu continuei de pé, pensando quando será que as mentalidades irão mudar.



CONCESSIONÁRIO GENERAL MOTORS



SOREL

COIMBRA

Natal/86 Convívio

Como tem sido habitual em anos anteriores, a Delegação de Coimbra irá promover um convívio natalício no qual poderão participar os associados interessados e respectivos familiares.

Considerando a cada vez maior dificuldade em arranjar a preços acessíveis, os brinquedos que em anos transactos é costume oferecer às crianças, optou-se esta ano por um almoço-convívio a realizar num restaurante da cidade.

O almoço terá lugar no restaurante NEPTUNO, que fica a cem metros das instalações da ADFA e será composto por:

- 1 prato de peixe
- 1 prato de carne
- Vinho ou outra bebida
- Pão
- Doce ou fruta
- Bica e bagaço

Preço por pessoa: 1000\$00.

Men. de 8 anos: 500\$00.

As inscrições deverão ser feitas até ao dia 5/12/86.

Durante o almoço iremos tentar a colaboração de alguns artistas amadores, nomeadamente uma parilha de palhaços que possam tornar mais agradável o convívio.

Estamos neste momento a aguardar uma resposta dos Serviços Municipalizados de Coimbra, no sentido de nos ser facultada



LISBOA
R. Tomás Ribeiro, 97-A
Tel. 56 34 41/8

AMADORA
Av. Elias Garcia, 386
Tel. 494 68 27

CABO RUIVO
R. Dr. José Espírito Santo
Tel. 85 35 56

CASCAIS
Av. 25 de Abril, 970
Tel. 2866148

Seminário

A educação e a transição para a vida activa dos jovens deficientes

A Educação e a Transição para a Vida Activa dos Jovens Deficientes foi tema debatido em seminário de 27 a 29 de Outubro, no Palácio Foz em Lisboa com a presença de especialistas da OCDE.

Durante três dias, especialistas e responsáveis portugueses e estrangeiros debateram aprofundadamente as questões da integração educativa, da orientação e formação profissional e do acesso ao emprego.

Este seminário insere-se no projecto OCDE/CERI que visa fundamentalmente fazer o levantamento das realidades dos vários países promovendo o intercâmbio de informações destinado aos técnicos e educadores mas também aos responsáveis governamentais, cuja acção se propõe influenciar.

Ponto alto desta acção será a realização, nos próximos dias 11 e 12 de Dezembro de uma reunião a alto nível na OCDE, com a participação de ministros da Educação, da Saúde, da Segurança Social e Emprego.

Kathleen Kelly especialista da OCDE/CERI: Uma panorâmica breve

Kathleen Kelly, especialista do CERI, falou no dia 29 de Outubro no Palácio Foz sobre Integração Profissional e acesso ao Emprego, dando conta da experiência de nove anos desenvolvida por essa organização no domínio da educação de adolescentes deficientes, tendo em vista a elaboração de recomendações para os países membros da OCDE.

«Procuramos sobretudo examinar o que se passa na final da escolaridade obrigatória. Como é que a escola prepara os jovens para a vida, para que vida, quais os instrumentos que a escola dá, qual é em seguida a formação profissional e como é a mediação que permite aos jovens passar da formação profissional. Verificamos que em muitos países há uma formação profissional altamente especializada mas no final depara-se um abismo que separa os formados do trabalho.

A «lógica médica»

«Em muitos países há uma lógica médica que domina e que se traduz no desejo de reabilitar. Pensa-se que conseguindo reabilitar a pessoa deficiente esta vai poder inserir-se na vida como qualquer outra. Onde domina esta lógica há grande investimento em profissionais e outras estruturas de reabilitação mas o sistema

carece de flexibilidade e persiste a segregação.

A visão social

«Noutros países, como os EUA, Noruega e Canadá, o problema é visto de um ângulo social baseado na análise crítica das estruturas existentes e dos efeitos segregatórios do sistema. O deficiente tende assim a ser assimilado a todas as camadas desfavorecidas da população e os seus problemas são tratados, no plano legislativo, de um ponto de vista de igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao trabalho.» Na Noruega, referiu, foi-se ao ponto de suprimir os estabelecimentos especializados no ensino de deficientes.

A «terceira via»

Para Kathleen Kelly há ainda uma terceira via «talvez a mais difícil mas que creio ser a do futuro» em que o problema do deficiente é colocado em termos de procura de identidade, inter-relacionando a transição do jovem deficiente para o mundo do trabalho com a sua transição para a vida adulta.

A dificuldade maior reside na impossibilidade de legislar nesses domínios que, segundo Kelly, implicam a aceitação das diferenças:

«Creio que a segregação se baseia em qualquer parte no medo da diferença e a noção de reabilitação baseia-se também no medo da diferença.»

Escola Ramalho Ortigão Nas turmas com deficientes todos aprendem mais

A Escola Preparatória Ramalho Ortigão, no Porto, iniciou em 1984 uma experiência pioneira entre nós de integração de alunos deficientes profundos em turmas normais. Os resultados superaram todas as expectativas: não só foi conseguida uma boa integração, como se verificaram progressos notáveis no aproveitamento escolar e no comportamento das turmas em que a experiência foi realizada. A professora Berta Vilhena trouxe o caso ao conhecimento público durante o Seminário sobre a Educação e a Transição para a Vida Activa dos Jovens Deficientes, que decorreu em Lisboa de 27 a 29 de Outubro. É dela o relato interessantíssimo que de seguida reproduzimos parcialmente.

O desafio chegou-nos em 1984, através da Divisão do Ensino Especial, da Direcção Geral do Ensino Básico. A nós, Escola Preparatória para cursos normais; a nós Professores e Funcionários sem preparação específica para tal; a nós, espaço físico sem concepção arquitectónica adequada; mas a nós, colectivo, que de há muito tínhamos entendido que o Deficiente, na Escola e perante a vida, deve ter condições para ser um Igual.

E assim, seis crianças portadoras de paralisia cerebral, com deficiência intelectual e motora, chegaram até nós, provenientes uma Escola Primária

onde tinham iniciado a sua integração e cujo principal objectivo se prendia com a sociabilização, pelo contacto mais directo com os outros e com a vida. A aprovação no Ensino Primário não tinha sido conseguida.

Três, dominavam a leitura e a escrita; os outros não tinham conseguido ainda a apreensão dessas técnicas. A tentativa de integração na nossa Escola devia-se ao desfasamento etário que então se começava a verificar. Fisicamente, eles eram grandes, entre todos os outros que eram pequenos. A pré-adolescência suscitava interesses bem diversos dos existentes até aí. Havia, pois, que evitar a estagnação e até mesmo o retrocesso. Havia que criar um novo espaço. O espaço capaz de oferecer condições para avançar.

Vencidos obstáculos materiais, com o apoio da Divisão do Ensino Especial (DEE) da Direcção Geral do Ensino Básico e do Centro DE Paralisia Cerebral do Porto (APCP) foi timidamente esboçado um plano de trabalho — aulas do 1.º ano do Ciclo Preparatório de manhã; aulas de currículo Primário de tarde. Para as primeiras, a escolha recaiu sobre disciplinas de carácter lúdico — Trabalhos Manuais e Educação Visual — cujas matérias chamam, exercitam e prendem. As segundas, da responsabilidade da Professora colocada pela DEE — garantindo o percurso da diversidade de matérias que o Ensino Primário possibili-

ta. Pretendia-se, então, que os objectivos iniciais — a sociabilização e uma maior apreensão de conhecimentos — constituíssem uma preparação mais robusta para a vida.

Começar a medo

Com medo, com o medo que nasce do sentimento duma grande responsabilidade, houve que aguardar o 1.º dia de aulas e, com ele, o impacto a chegada.

A carrinha do Centro de Paralisia chegou e, entrando no coração do recreio onde pulsavam os temores dos que o pisavam pela primeira vez e a alegria do reencontro para os restantes, despejou seis rapazinhos, alguns já adolescentes, que chamavam a atenção pelas feições, pelas distorções físicas, pela impossibilidade de se locomoverem sem auxílio.

Chamavam a atenção e impressionavam os Adultos, porque as Crianças — umas e outras — passada a primeira surpresa, de pronto encetaram o comportamento que ditou lei — a consciência de que NUMA ESCOLA PARA TODOS, TODOS NELA TÊM LUGAR.

O Tony, o Victor, o Paulo, o Vasco, o Manuel João e o Paulinho engrossaram de imediato as fileiras da Escola, entrando firmemente no coração dos «Ramalhos». Fizeram amigos. Deixaram-se conduzir e amparar. Entraram na Grande Família...

O Tony e o Paulinho serviam-se de um «andarilho» para a locomoção.

Os outros vivem agarrados a uma cadeira de rodas.

O transporte de Todos, da carrinha para o interior, de umas salas de aula para as outras, dos recreios para a Cantina, desta para os sanitários, ficou, desde logo, a cargo de «voluntários» que, sem qualquer escala de serviço previamente organizada, estão sempre, no momento próprio, «no seu posto».

As relações eclodiram verdadeiras, porque surgiram espontâneas. A convivência passou a fazer-se de uma forma tão natural que, nas conversas, na piadas, nos amuos, nas discussões, nos jogos, nas cantigas e até nas zangas, ressaltou a lição:

— uns sentem-se mais felizes e mais responsáveis porque se reconhecem mais receptivos e mais disponíveis;

— os outros sentem-se mais felizes porque, em coabitação com os primeiros, se sentem mais capazes, mais aptos, mais «Iguais».

O almoço em comum passou igualmente a ser um acto tão natural como o respirar ou o falar. O coração ensinou ao olhar a aceitação dos instrumentos que são diferentes. Eo prato adaptado, para quem não utiliza as mãos, passou a ser tão vulgar como o talher necessário à refeição de quem as usa.

Um espaço sem barreiras

A Cantina transformou-se então num espaço



constante exercitar do raciocínio.

Os trabalhos realizados nestas duas Disciplinas, pelas mãos ou com a ajuda do «capacete» foram a descoberta de possibilidades e a esperança para continuar...

Os resultados

No final do ano, os elementos fornecidos pela avaliação então feita, foram surpreendentes. A integração social — primeiro objectivo desta experiência — estava plenamente conseguida. E com ela surgia mais... Muito mais! Surgia o quebrar do receio para encetar novos voos... Os nossos Rapazinhos tinham denunciado capacidades que para todos — nós, D. E. E. e C. P. C. P. — eram, à partida, inexistentes ou passivas. A sua curiosidade por tudo quanto era período lectivo; ou participando dolorosamente no funeral de um colega

querido precocemente roubado à vida, foram princípios que, quanto a nós, viriam a estar no centro da verdadeira integração. E por isso... foram percorridos.

Na Sala de Apoio, a visita constante de crianças que aguardam aula, não permitiu as infalíveis condições de «guetto» que, bem contra vontade de todos, se criam quando os seus utentes são exclusivamente Crianças Deficientes. E aí, as técnicas de aprendizagem do Ensino Primário continuaram o seu percurso, agora enriquecidas pelas motivações, pelos temas, pelas vivências de outras matérias — as do CPES.

Nas aulas de Educação Visual, marcadores, lápis, carimbos e pincéis deram forma e vida à imaginação. Integrados nas unidades de trabalho propostas aos restantes, aprendendo, por tudo quanto, estando bem à frente do

olhar, exige resposta ao porquê, era a realidade constatada.

Os resultados escolares e sociais estão à vista. Os Pais das crianças, ditas normais, têm expressado, das mais diferentes formas, a sua felicidade por reconhecerem os benefícios, para os seus filhos, da integração destas crianças nas turmas. A taxa de reprovações na Disciplina de Ciências da Natureza, nas duas turmas onde se registou o êxito dos Deficientes, foi de 0% e 3,8%.

O comportamento geral é francamente bom. Os alunos de outras turmas, com problemas de comportamento, observam uma atitude extraordinariamente correcta e disponível perante estes colegas. E com ela, resolvem muitos dos seus próprios problemas...

A experiência está em curso. Os resultados pontuais, falando por si, parecem desde já querer dizer-nos:

— que a integração em situações comuns constitui o melhor caminho para que o Deficiente ultrapasse os seus problemas, conquistando uma maior independência, e para que o dito «normal», pela vida em conjunto, ultrapasse, ele próprio, tantas das «deficiências interiores» a que, como

seres humanos, todos estamos sujeitos;

— que esta integração deve iniciar-se logo nos primeiros tempos de vida, de uma forma natural, para que a coabitação proporcione a aceitação recíproca e abra caminhos à desenvoltura;

— que através dela, brotam potencialidades até então adormecidas pela exiguidade de padrões de comparação, potencialidades aliás verdadeiramente surpreendentes;

— que com ela se faz a «educação» da comunidade, para uma realidade que também é sua, e a consciencialização de que, se lhe cabe dar e cumprir em relação à Deficiência, também lhe compete receber o muito que ela tem para lhe dar;

— que a Escola normal tem um papel a desempenhar em toda esta problemática, devendo constituir o espaço imenso de descoberta e resposta, de estímulo e caminho para que ao Deficiente não sejam negadas as condições necessárias à conquista da sua realização pessoal, profissional e humana.

E por isso, conscientes da mensagem, com as expectativas iniciais surpreendentemente ultrapassadas, somos hoje uma Escola feliz, onde a componente humana é o esteio da nossa vontade colectiva.

«Queremos a cidade para todos»

«Queremos a cidade para todos» afirmam a Ana Cristina, o António José, o António Manuel, a Carla Alexandra, a Carla Joana, o Florentino, o Inácio, a Isabel, o João Pedro, o Miguel, o José Paulo, o José Pedro, a Maria do Céu, a Maria José, a Olga, o Oscar, o Paulo Francisco, o Pedro José, o Rui Alexandre, o Rui António, a Teresa, a Susana, o Vasco e o Paulo, que, a si mesmos, assim se apresentam:

«Somos o 1.º-14 da Escola Preparatória Ramalho Ortigão, uma das turmas envolvidas na experiência de integração de deficientes».

Num jornalinho escrito e ilustrado por esta turma é contada uma visita de estudo e algumas conclusões a que chegaram sobre as barreiras com que depararam no percurso:

«Numa segunda-feira de Dezembro demos o nosso primeiro passeio de estudo ao parque da cidade. O nosso objectivo era desenhar pinheiros, uma vez que estávamos próximo da época natalícia e empenhados na campanha contra o corte de pinheiros».

«Este nosso objectivo foi cumprido mas fez-nos pensar seriamente nas dificuldades que os nossos colegas deficientes encontraram pelo caminho.

«A certa altura, o Vasco e o Paulo ajudado por nós não conseguiram 'andar' descansadamente nas suas cadeiras de rodas pelos passeios porque eram estreitos e havia postes no meio e tinham enormes buracos a impedir a passagem!

«Algumas vezes fomos obrigados a sair do passeio quase para o meio da rua por causa de obras sem protecção para os peões.

«Também os condutores não ligaram absolutamente nada aos nossos sinais para atravessar a rua e além disso não havia rampas que facilitassem a subida e descida dos passeios com as cadeiras de rodas.

«Finalmente, dentro do parque continuaram as dificuldades. De repente, surgiram calçadas com terra aluída, aos altos e baixos que não facilitavam a visita.

«Será que os responsáveis da junta de freguesia e da Câmara não podem resolver estes problemas?» — perguntam.

E enumeram, localizando numa mapa: na Rua do Bonfim há um poste no meio do passeio, um grande buraco no empedrado, dificuldades para atravessar a rua e uma passadeira de peões sem rampa.

Na Rua de S. Roque, há passeios em mau estado, uma tampa de saneamento partida e passadeira de peões sem rampa.

No Parque de S. Roque há ruas sem passeio e com mau piso e escadas. Na Avenida Fernão de Magalhães havia obras sem protecção para peões.

«Será que os responsáveis não podem resolver estes problemas» — perguntam. E concluem: «Esperamos que sim, pois...»

«Queremos a cidade para todos».



Alunos das turmas pioneiras da Escola Preparatória Ramalho Ortigão: uma escola para todos

• Viver em tudo a Realidade — dos momentos bons aos momentos maus — festejando aniversários; trocando prendas de Natal; indo ao Circo; confraternizando com colegas e Professores, em almoço, no final de cada deram a retratar o que observam, a responder às motivações e até a criar.

Em Trabalhos Manuais, o barro, as linhas e os tecidos, o cartão e a madeira, foram materiais que, lenta mas progressivamente, se tornaram dóceis às possibilidades de cada um. Que contribuíram para acordar capacidades... Tecer, por exemplo, permitiu mais que a atitude mecânica de construir. Tecer, permitiu o



acolhedor. A partilha desse espaço é privilégio de Alunos, Professores e demais Funcionários. Serve de local de encontro onde, a observância de regras, a troca de sorriso e de comentários — sobre a refeição, sobre as aulas ou sobre qualquer episódio recente — são passo seguro para a sociabilização.

O recreio, na hora imensamente desejada que é vivida logo a seguir ao almoço, transformou-se igualmente num espaço imenso de convívio e exercício, num espaço sem barreiras, onde, cada contacto, cada gesto e cada passo são etapas vencidas para uma maior autonomia.

A alegria nasceu para ficar na confraternização e brincadeiras com os colegas e nas conversas com os adultos que, a esta hora, são aguardados com expectativa, lá no fundo da escola...

PORTO / Iniciativas locais de emprego

Actualmente, ao nível da política de emprego, verifica-se um processo no sentido do apoio a projectos locais capazes de criarem postos de trabalho.

Parece existir uma vontade legislativa no sentido de alterar as formas de resolução do desemprego.

Há alguns anos, as soluções assentavam na promoção de grande número de postos de trabalho por unidade de produção, no entanto, as doutrinas económicas sofreram alterações e da perspectiva do crescimento económico passou-se lentamente à perspectiva do desenvolvimento.

O desgaste das soluções baseadas na exploração dos recursos naturais e no desenvolvimento tecnológico, conduziu as pessoas à procura de outro tipo de soluções que privilegiem o desenvolvimento equilibrado das regiões, isto é, sem a predominância das grandes metrópoles que não possuem a solução única para o desemprego.

Assim, na perspectiva das teorias económicas

assentes no desenvolvimento, as orientações adoptadas na resolução do desemprego privilegiam o apoio dos organismos estatais a pequenos projectos que utilizem recursos e mão-de-obra locais e desenvolvam processos artesanais e tradicionais de produção conjugados com a utilização de novas tecnologias.

Surge, portanto, na linguagem económica, uma designação nova:

— Iniciativa Local de Emprego — ILE.

O que são as I. L. E.?

As Iniciativas Locais de Emprego são a forma de várias pessoas, com a ajuda técnico-financeira dos organismos públicos, criarem o seu posto de trabalho promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento da sua região.

Estas iniciativas poderão assumir a forma de cooperativa, associação ou pequena empresa.

Esta via constitui a 3.ª hipótese de resolução do desemprego. Distingue-se das outras por se revestir

de uma carga activa; por um lado, o desempregado actua directamente na actividade local e por outro é uma solução que pressupõe a rentabilização dos recursos públicos.

Conjugada com a ajuda técnico-financeira, existe o apoio à formação profissional. Esta é uma área importante na criação de iniciativas locais de emprego constituindo a oportunidade de alguns grupos sociais com mais dificuldades de acesso ao mercado de emprego, nele se integrarem, assim como, na própria actividade económica.

A inovação desta política reside no facto de tornar possível a melhoria do nível de vida das pessoas, que pelo facto de possuírem uma formação escolar deficiente, têm dificuldades de integração no mercado de emprego.

O apoio a estas iniciativas valoriza a capacidade técnico-profissional das pessoas retirando assim, a importância que tradicionalmente se tem dado ao grau de habilitações académicas.

Compete aos técnicos das várias organizações estatais e comunitárias, divulgar esta política e facilitar o acesso a esses apoios pois é muito importante transformar a linguagem técnica em informação de utilidade pública.

Quem fornece apoio à criação de ILEs?

A entidade que fornece apoio à criação de iniciativas locais de emprego é o IEFP através dos seus centros de emprego.

Os interessados elaboram a sua ideia de desenvolver uma actividade profissional em projecto e apresentam-no ao centro de emprego da área de residência que o apreciará e aprovará ou não a concessão de apoio financeiro. A concessão desse apoio baseia-se na sua viabilidade económica e social, na capacidade de inserir a sua acção no dinamismo comunitário e de reduzir o desemprego, através da integração de candidatos ao primeiro

emprego e desempregados no projecto.

Os principais obstáculos à eficácia da legislação existente são a falta de informação ao público e a não clarificação da aplicação da legislação existente, apesar da existência de recursos financeiros. No entanto, esta não será uma medida legislativa cuja aplicação não se verificará já que a tendência actual ao nível de soluções de emprego caminha nesse sentido.

Noa vários países da Europa existem neste momento grande número de actividades assentes nessas iniciativas. Desde membros de uma família associados, a grupos de jovens com uma formação específica, passando por trabalhadores com experiência em determinada actividade profissional ou pessoas que depois de receberem formação profissional em determinado assunto resolveram constituir-se em agentes económicos, as iniciativas locais de emprego têm sido a solução encontrada para a concretização dos seus projectos e para a

resolução dos seus problemas de emprego.

Realização profissional

A criação de uma ILE permite assim, a realização profissional de cada um dos intervenientes no projecto, já que o trabalho é organizado por eles e executado da forma que eles definiram.

Uma das condições essenciais para que esta solução legislativa tenha êxito, é que as pessoas utilizem essa oportunidade. Neste caso, a solução individual de emprego, não passa pela simples concessão de subsídios por parte dos serviços estatais mas pela iniciativa de cada um que permita apresentar um projecto de trabalho a desenvolver numa área para a qual possui formação ou experiência específica ou vontade de as receber antes de iniciar a sua actividade.

A ADF do Porto através do seu Serviço de Promoção de Emprego fornecerá todo o apoio necessário, no sentido de transformar um projecto ideias que aí sejam apresentadas.

Jornada de sensibilização no COMO

A carência de informação relativa ao funcionamento dos serviços de consulta, reabilitação e produção de componentes de locomoção e ajudas mecânicas da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, junto dos técnicos da Segurança Social, de Centros de Saúde e outros, motivou a realização de uma Jornada no dia 19 de Novembro com o objectivo de apresentar/esses serviços, divulgar a construção do Centro de Reabilitação e Formação Profissional da ADF e esclarecer os técnicos no sentido de fornecer informação útil ao encaminhamento de casos por eles detectados.

PROGRAMA

10h00 Abertura

— apresentação da ADF

— apresentação do Centro Oficial de Meios Ortopédicos

10h30 Serviços do C. O. M. O.
— apresentação geral Utentes do C. O. M. O.

11h00 Esclarecimentos

11h30 Visita ao C. O. M. O.

12h00 Almoço

14h00 Serviço de Fisioterapia
— experiência

de consulta e prescrições

14h30 — experiência de reabilitação física

15h00 Componentes de locomoção e aju-

das mecânicas

— experiência de produção e apresentação de vários tipos de próteses

15h30 Esclarecimentos

16h00 Tipo de relações existentes entre o C. O. M. O., os serviços de Segurança Social, as Companhias de Seguros e

os Centros de Saúde

16h30 Apresentação do Centro de Reabilitação e Formação Profissional

17h30 Encerramento



Acumulação de indemnizações e reformas da Função Pública

Em carta ao primeiro-ministro sócio apresenta situação escandalosa

O nosso sócio Manuel Pascoal Gonçalves era funcionário público antes da vida militar. Ferido na guerra em 1967, perdeu um rim e ficou com um estilhaço de granada no fígado.

Regressado à vida civil sem qualquer pensão, acabou, anos depois, por lhe ser concedida uma pensão de invalidez irrisória, que com todas as actualizações e aumentos ronda actualmente os 13 mil escudos.

Sendo a sua saúde precária, em 1980 pediu a reforma da Função Pública, onde, entretanto, voltou a trabalhar e fazer descontos para aposentação.

A partir daí, deixemos que seja o próprio a contar-vos a situação, tal como o fez em carta dirigida ao chefe do Governo, da qual reproduzimos algumas passagens.

«No cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, fui gravemente ferido em 1967, tendo, em consequência disso, perdido um rim e ficado

com um estilhaço de granada no fígado, para além de outras lesões. Após longo tratamento a que fui submetido no Hospital Militar, fui mandado regressar à vida civil depois de submetido a uma Junta Hospitalar de Inspeção, sem qualquer ajuda financeira.

Como anteriormente ao ingresso nas fileiras do Exército, já fora funcionário público, tratei de tomar posse num outro organismo público, para o qual já tinha concorrido.

Alguns anos após os ferimentos, passaram a pagar-me uma pensão de invalidez insignificante, actualmente paga pela Caixa Geral de Depósitos e actualizada para 13 176\$00 mensais.

Em 1980 requeri uma reforma ao abrigo do Decreto 362/78 relativa ao tempo e serviço na função pública, no qual sofri os descontos legais para a Compensação de Aposentação.

Para surpresa minha (...) recebi o ofício de 11-7-86, processo n.º 632AM5432-/80 da Caixa Geral de

Depósitos, no qual me comunicam que fundamentalmente indeferiram o meu pedido de aposentação, só

porque já me foi atribuída uma pensão de invalidez. É um caso absurdo, gritante e ridículo. O que é que uma coisa tem a ver

com a outra? Por outras palavras, o critério da legislação vigente é o mesmo que dizer-se assim: já que foste prejudicado perpetuamente na tua saúde e organismo por causa do cumprimento do

Serviço Militar Obrigatório, ficas por castigo sem direito à reforma para a qual andaste a fazer os competentes descontos. É esse o prémio de se cumprir o Serviço Militar Obrigatório? É só servir de carne para canhão e depois o mesmo Estado não reconhece e nega os direitos adquiridos?

O cumprimento do serviço militar era e é obrigatório, sujeitando-se a sanções quem fosse desertor ou refractário. Sendo que a pensão de invalidez ou reforma é uma reparação da deficiência física, doença e dores que muitos de nós, deficientes militares, sentimos indefinidamente e que em vários casos essas doenças são causa de morte prematura, é uma crueldade inqualificável condicionar essas pensões à não

recepção de outras reformas, até porque aquelas pensões devem mesmo ser consideradas as muletas das nossas vidas e para exclusivamente minimizarem os efeitos da desvalorização física.

A legislação invocada pela Caixa Geral de Depósitos é antiquada e, sobretudo, muito injusta.

Será, perdoe-me a comparação, que os nossos corpos (deficientes militares) são objectos públicos, de modo que quando feridos, lá por recebermos uma migalha que é só para compensar as doenças, dores, traumatismos adquiridos, já nos negam as reformas para as quais andamos a fazer descontos? Se até então aqueles que nunca fizeram descontos na vida para a aposentação, há casos em que recebem pensões, é altamente injusto negar-se aos deficientes militares como eu, a reforma para a qual fizemos descontos.

Manuel Pascoal Gonçalves

Século XX justiça social?

Paz, justiça social, igualdade, etc., etc. São estas as palavras que diariamente ouvimos dos responsáveis políticos. Infelizmente, porém, na maioria das vezes, não passam disso mesmo. «Palavras».

E nós deficientes, pelo menos muitos de nós, temos razões para pensar que tudo não passa de palavras.

Seria bom que os dias e os anos internacionais se transformassem em acções concretas, e que a diplomacia desse lugar à verdade. As boas palavras e vãs promessas não enchem barriga!

Em Portugal, os deficientes ou se deixam definir na morte lenta, ou então têm a alternativa de antecipar drasticamente o momento do desenlace fatal. E como os senhores do poder não têm tempo de legislar os problemas relacionados com os deficientes, estes vão escrevendo umas cartas aos governantes, transcrevendo no papel toda a revolta de que estão possuídos, na esperança de que desta forma os seus lamentos sejam atendidos.

A carta que recebemos do nosso associado, MANUEL PASCOAL GONÇALVES, é elucidativa do que acima referimos, e pela sua importância e conteúdo deverá ser inserida no Elo.

José Maia

Delegação do Porto

12.º aniversário

(Dia 7 de Dezembro de 1986) — 9.00 h. — Abertura da Delegação com içar da bandeira; 10.30 h. — Jogo de futebol de 11: Delegação do Porto-Delegação de Viseu; 13.00 h. — Almoço de aniversário na cantina da Delegação do Porto; 15.00 h.: Tarde recreativa; 17.00 h.: Projectão de um filme para crianças; 21.00 h. — Noite de fado.

Inscrições até às 18 horas do dia 2-12-86.

ALMOÇO:
Adultos 500\$00
Filhos 10/16 anos 250\$00
Filhos men. 10 an. ... Grátis

NOITE DE FADO:
Adultos 100\$00

Futebol

Tal como se encontra anunciado, vai realizar-se um jogo de Futebol de 11, no Porto, no próximo dia 7-12-86, pelas 10.30 h., entre as equipas da Delegação do Porto e a Delegação de Viseu.

Os sócios interessados em jogar deverão fazer a sua inscrição na Delegação do Porto e a Delegação de Viseu.

Os sócios interessados em jogar deverão fazer a sua inscrição na Delegação do Porto.

Natação

A Delegação do Porto informa os sócios que existem vagas para a frequência da prática de Natação nas piscinas do F. C. Porto.

As aulas de natação, como atrás foi dito, são nas piscinas do F. C. P., ÀS 2.ª e 6.ª-feiras, das 20h00 às 21h00.

Preço: mensalidade de 850\$00, podendo os sócios fazer-se acompanhar de filhos, os quais pagarão uma mensalidade de 650\$00, terão ainda de pagar a taxa de inscrição.

Convívios de Natal

A Direcção da Delegação do Porto convida-o a participar, juntamente com os seus familiares, num dos Convívios de Natal, que terão lugar no mês de Dezembro, em diversos locais da área de influência desta Delegação.

PORTO

— Dia 21-12-86, às 15h00
Cinema Júlio Dinis

VILA DA FEIRA

— Dia 14-12-86, às 15h00
Salão Paroquial de Escapães

CHAVES

— Dia 13-12-86, às 15h00
Forte de S. Francisco

PONTE DE LIMA

— Dia 20-12-86, às 15h00

PENAFIEL

— Dia 13-12-86, às 15h00
Escola Secundária de Penafiel

Pretende-se com estes Convívios juntar em ambiente de confraternização os sócios e seus familiares.

Nestes convívios não serão distribuídos brinquedos, mas apenas pequenas lembranças às crianças presentes.

Este ano não se realizará qualquer sorteio para angariação de fundos.

No entanto, para fazer face às despesas com a organização destes Convívios, apela esta Direcção à colaboração dos associados que, sem carácter obrigatório, poderão ajudar enviando a importância de 300\$00, em cheque ou vale de correio.

Chama-se a atenção para o facto e não ser necessária a inscrição, devendo apenas ser apresentado este convite e o cartão de sócio para ter acesso aos Convívios.

Apela-se à participação de todos os associados.

J. MENDES COELHO, L.P.A.

CONCESSIONÁRIOS



FIESTA
1.0 C, 1.1 CL, 1.1 Guia, 1.4 S
1.6 Van DSL, XR2

ESCORT
1.1 CL, 1.3 CL, 1.6 XRI, 1.4 cabrio
1.6 Cabrio, 1.3 Station RS Turbo

ORION
1.4 Ggla, 1.6 Ghia, 1.6 Ghia DSL

SIERRA
1.6 GL e 2. Ois

TRANSIT 100 e 120
Furgão, mista de 7, 9 e 12 lugares

TRANSIT 190
CH/Cabina, Furgão, mista de 7 e 9 lugares
Mini-Bus (17 lugares)

CAMIÕES

LISBOA
SALOES - Rua Alexandre Herculano, 6-A - Telef. 548147
Rua Gomes Freire, 7-C - Telef. 539801

OFICINAS E PEÇAS - Rua Gomes Freire, 5-A/7-C - Telef. 539801
Rua S. Sebastião da Pedreira, 122 - Telef. 662501

AMADORA
SALÃO - Estrada do Alto Maduro, Lote 3 - Telef. 4942624 - 4942635
OFICINA E PEÇAS - Av. General Humberto Delgado, Lote 1
Telef. 4937444 - 4931980 - 4931103



Notícias da FMAC

Legislação

A conferência ocupar-se-á dos seguintes temas: problemas dos antigos combatentes idosos, tratamento equitativo para as mulheres dos antigos combatentes e viúvas de guerra, problemas das esposas e viúvas dos grandes inválidos de guerra, investigação socio-médica, sequelas tardias, extensão do direito internacional humanitário à protecção dos antigos combatentes após os conflitos.

A V Conferência Internacional sobre a legisla-

ção relativa a antigos combatentes e vítimas de guerra vai realizar-se em Bad Ischl, na Áustria, em Abril de 1988 e, tal como as conferências precedentes reunirá representantes de Governos, associações-membro e organizações não filiadas com as quais a FMAC mantém relações de cooperação.

Centro de Informações Médico-Sociais

A Comissão Executiva da FMAC aprovou a instalação do seu Centro Internacional na Noruega.

Esse Centro ficará ligado à Universidade de Oslo e incumbido de reunir, analisar e difundir a informação médica respeitante a diagnóstico, tratamento e prevenção de sequelas a longo, médio e curto prazo dos traumatismos resultantes de condições particulares de excesso de trabalho (stress).

Conferência sobre toxicomania

O secretário-geral da FMAC, Serge Wourgaft, em contactos mantidos com altos funcionários da

ONU foi informado da intenção desse organismo de realizar uma conferência mundial sobre toxicomania, de 17 a 26 de Junho de 1987 em Viena, qual a FMAC foi convidada a participar.

Sequelas tardias

A FMAC produziu uma brochura contendo bibliografia seleccionada sobre as sequelas tardias das deficiências resultantes de trabalhos particularmente difíceis ou provocadas pelas guerras e catástrofes.

fotos



Laboratórios
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Os trabalhos de fotografia realizados nos laboratórios da ADFA passaram a ser entregues num prático álbum-«dossier» de formato reduzido que inclui igualmente bolsa adequada para arquivar os negativos. Uma razão mais para utilizar os nossos serviços de fotografia, entregando os rolos na sede ou em qualquer supermercado militar

INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS

Caros Associados:

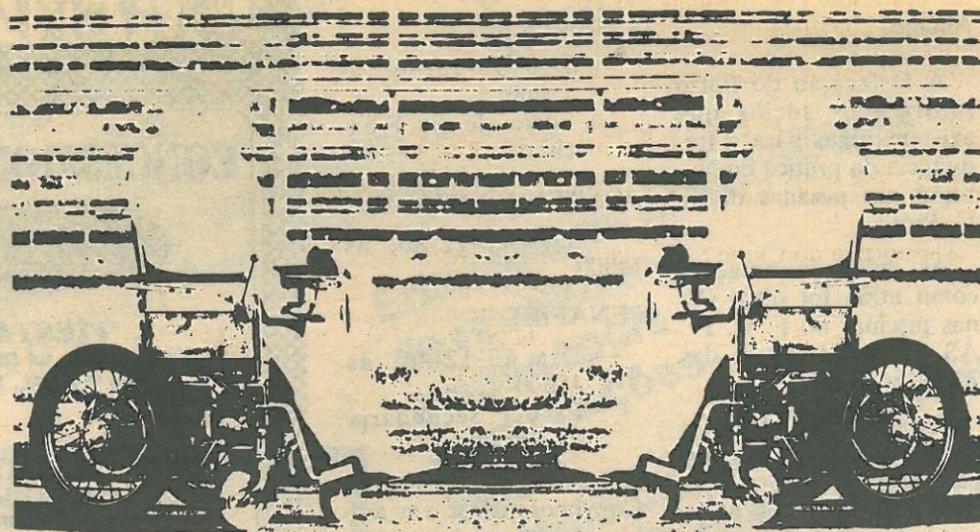
Todos os Sócios interessados em adquirir viaturas da gama FORD, VOLKSWAGEN, AUDI, RENAULT, OPEL, podem fazê-lo através do nosso sócio **António Bernardes** que é delegado de vendas das marcas acima mencionadas, encontrando-se este dentro de toda a legislação sobre aquisição de viaturas para deficientes.

VENDA PARA QUALQUER PARTE DO PAÍS

A contactar pelos ☎ 36 21 67 — Sede ADFA ou
243 19 51 — Residência depois 19 h.
(rede de Lisboa)

1.º ENCONTRO DISTRITAL DOS ORGANISMOS DE/PARA DEFICIENTES

SETÚBAL 15 NOV. 86
INATEL



ORGANIZAÇÃO APD/ADFA/APPACDM/CERCIS/APSM

O I Encontro Distrital de Organismos de e para Deficientes de Setúbal decorreu no sábado, dia 15, nas instalações do INATEL nessa cidade.

O encontro foi promovido por um grupo dinamizador, de cujo executivo fez parte a Delegação de Setúbal da ADFA.

As conclusões, que mereceram aprovação por unanimidade dos participantes incluem nomeadamente a criação de uma coordenadora distrital dos organismos de e para deficientes.

No próximo número de «O ELO» contamos poder publicar dados mais em pormenor sobre este acontecimento, o que só não sucede neste número por o Encontro ter terminado apenas dois dias antes do fecho desta edição.

Viaturas Usadas



	Preço Base	P.V.P.
RENAULT — 5L — 3P	697 312\$00	934 158\$00
RENAULT — 5GL — 3P	744 527\$00	997 144\$00
RENAULT — 5GL — 5P	781 432\$00	1 046 375\$00
RENAULT — 5GTL — 3P	808 737\$00	1 110 944\$00
RENAULT — 5GTL — 5P	843 231\$00	1 158 159\$00
RENAULT — 5TS	690 863\$00	1 264 693\$00
RENAULT — 9GTC — SUPER	941 389\$00	1 292 518\$00
RENAULT — 9GTS	1 039 241\$00	1 474 679\$00
RENAULT — 9TSE	1 172 345\$00	1 663 047\$00
RENAULT — 11GTC — SUPER	1 004 150\$00	1 378 425\$00
RENAULT — 11GTS	1 107 256\$00	1 570 933\$00
RENAULT — 11TSE	1 239 631\$00	1 758 270\$00
RENAULT — 9GT DIESEL	1 169 959\$00	1 903 958\$00
RENAULT — 11GT DIESEL	1 231 488\$00	2 003 882\$00
RENAULT — 5GT DIESEL	1 016 009\$00	1 653 944\$00

As versões Diesel dos Renault 9 e 11 apresentam o motor de 1595 c.c. 55-CV, beneficiado pelos últimos aperfeiçoamentos técnicos em matéria de insonorização e equipado com um pré-aquecimento de gasóleo. Todas as versões se apresentam com opção de pintura normal ou metalizada e novos tecidos nas guarnições.

Os sócios interessados nas viaturas da Gama Renault podem pedir informações na Sede — ou nas nossas Delegações.

FOTOCOPIADORAS USADAS ADFA VENDE

A ADFA vende, pela melhor oferta, duas fotocopiadoras, marca:

NASHUA 1210
APECO M 520

Base de licitação: 20 mil escudos.

Aceitam-se propostas em carta fechada, até 15 de Dezembro, dirigidas a

ADFA — Palácio da Independência
1194 LISBOA CODEX

«O
mês
em
notícia»

Absoluta falta de espaço nesta edição especial de aniversário não nos permite publicar a secção de informação nacional e internacional «O mês em Notícia».

Projecto para 15 postos de trabalho em Évora

A ADFA foi contactada, tal como outras associações de deficientes com vista à constituição de uma oficina de trabalho protegido para o sector apícola em Évora.

O projecto destina-se a criar 15 postos de trabalho, abertos a todos os deficientes, a partir de Janeiro próximo.

Entre os objectivos a desenvolver, com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional, contam-se, numa primeira fase, o fabrico de aces-

sórios para colmeias (até Julho/Agosto), seguido de transformação de cera, engarrafamento e rotulagem de mel, também o fabrico de colmeias, numa segunda fase, a partir do segundo ano de laboração.

Os sócios da região eventualmente interessados em vir a obter emprego nesta iniciativa deverão contactar o sócio Valadas, que está na posse de todos os pormenores, ou entrar em contacto com a Sede.

Desporto

Estamos em todas

Os atletas da ADFA correram recentemente a meia maratona de Lisboa, a meia maratona da Nazaré, o III Grande Prémio Ribafria-Benedita, a corrida de cadeiras de rodas da Amadora.

Na pesca desportiva,



Os atletas da ADFA que disputaram o III Grande Prémio Ribafria-Benedita, José Pavoeiro dá uma entrevista a uma Rádio Local

Concurso de Pesca «Elo»-86

A SECÇÃO DE DINAMIZAÇÃO CULTURA E DESPORTO, em estreita colaboração com os assinantes e amigos do jornal ELO, levou mais uma vez a efeito o concurso anual de pesca desportiva, denominado «CONCURSO DE PESCA AMIGOS DO ELO».

Esta iniciativa anual, tem por objectivo fundamental a divulgação do ELO que tem uma certa implantação na zona da Delegação de Coimbra.

O concurso teve lugar na foz do rio Mondego, na Figueira da Foz, no dia 12 de Outubro.

Para além do aspecto desportivo, a prova serviu para juntar, em salutar confraternização, todos aqueles que directamente contribuem para que a ADFA seja uma organização cada vez mais forte.

Mais uma vez, os objectivos foram conseguidos, já que o importante da iniciativa, independentemente do êxito financeiro, que por sinal não foi famoso, era o de juntar deficientes associativos e leitores mensais do ELO.

No final, foram distribuídos prémios às equipas e pescadores individuais melhor classificados.



I Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Mar para deficientes

O Núcleo de Peniche vai levar a efeito no dia 13 de Dezembro um Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Mar para Deficientes.

A parte técnica desta prova que se prevê tenha continuidade em anos seguintes está este ano a cargo da Secção de Pesca

Desportiva do Clube Stella Maris.

O concurso terá lugar nos molhes do Porto de Peniche, com início às 11 horas e terminará às 16.

As inscrições, até 12 de Dezembro, poderão ser feitas por correio, escrevendo para o sócio Horácio da Luz — Núcleo da ADFA — Câmara Muni-

cipal de Peniche/DOM.

A prova é aberta a todos os deficientes, sócios ou não da ADFA.

O regulamento poderá ser solicitado para o endereço já indicado e poderá também ser consultado na sede da ADFA, Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, 1196 Lisboa CODEX.

Sócios falecidos

ANTÓNIO EDUARDO NUNES, sócio n.º 9653, natural de Curral Velho, freguesia de Santo António, Funchal, faleceu no dia 30 de Agosto devido a traumatismo torácico resultante de queda acidental.

Este nosso associado era pensionista de invalidez com 23,5 por cento, devido a fractura do joelho esquerdo sofrida durante uma emboscada na zona de Três Marias, em Angola em 1972.

Deixa viúva a sr.ª D. Maria Bernardete Caires

Nunes e três filhos menores, Sandra, Cristina e Cláudia, de 9, 7 e 2 anos de idade.

ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS MACHADO, sócio n.º 6868, natural de Tavadre, Figueira da Foz, faleceu no passado dia 19 de Setembro.

Era deficiente em serviço com 59,5 por cento de incapacidade, por ter sofrido ferimentos graves numa perna durante a montagem de uma vedação no seu quartel em Angola, em 1969.

Deixa viúva a sr.ª D. Maria Teresa da Cunha Soares e dois filhos menores.

LEOPOLDO GOMES, sócio n.º 2763, natural da freguesia do Peireiro (Pinhel), faleceu no passado dia 30 de Outubro, no Hospital Militar Principal, onde se encontrava internado por sofrer de esclerose em placas.

Este nosso sócio deixa viúva e três filhos menores.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos, o ELO apresenta as mais sentidas condolências.



Coimbra e agora também Peniche dão que falar.

Estamos em todas.

O desporto é uma forma por excelência de estar integrado na sociedade com uma óptica aberta e desinibida.

O desporto é também um veículo importantíssimo de divulgação da causa dos deficientes e um meio de dar à sociedade outra visão que lhe permita sanear a sua mentalidade e encarar sem ambiguidades a afirmação do direito à diferença.

O desporto é, por último, uma forma de afirmar a vitalidade da ADFA.

Por isso os nossos atletas «vão a todas».

Vila da Feira

As Jornadas Desportivas para Deficientes organizadas pelo Rotaract Club de Matosinhos decorreram nos dias 14, 15 e 16 de Novembro, com a presença de quatro associações de deficientes: a ADFA, a APD-Porto, a Associação de Cegos Luís Braille e a Associação de Cegos Xadrezistas de Lisboa.

As provas decorreram nas instalações do INATEL na cidade de St. Maria de Feira e incluíram as modalidades de damas, xadrez, ténis de mesa,

basquetebol em cadeira de rodas, corrida, corrida em cadeira de rodas, natação.

A ADFA esteve presente com um grupo de cinco atletas polivalentes, acompanhados por um elemento da DC, mercê da gentileza do Rotaract Clube de Matosinhos, que custeou todas as despesas de estadia dos atletas.

Esta jornada visou por um lado proporcionar a confraternização entre pessoas com vários tipos de deficiências e, por outro lado, sensibilizar os ditos «normais» para os problemas de deficiência.

Foi uma ótima jornada de confraternização, organizada por gente jovem, com a qual a ADFA se congratula.

Meia Maratona de Lisboa

Em 26OUT86 realizou-se a meia maratona de Lisboa com cerca de 1800 atletas e em 16NOV86 a 12.ª meia maratona da Nazaré que contou com mais de 4000 inscrições. Em ambas, a ADFA esteve presente, tendo todos os seus atletas chegado ao fim, numa demonstração clara de que não é importante vencer, mas apenas participar.

A ADFA começa a estar em «todas» e os seus atletas estão firmemente dispostos a continuar, pois o ambiente que se vive é extraordinário. Só quem dele participa pode constatar a alegria e o companheirismo que emana de todos.

Já somos uma dezena, os associados que participam com regularidade na corrida para todos, mas em breve este número engrrossará se for tido em consideração o entusiasmo com que alguns sócios se nos dirigem dizendo... «também vou começar».

Natação – Aviso

A Secção de Dinamização estuda a possibilidade de criação de novas formas de proporcionar a prática de exercício físico aos sócios.

Uma dessas formas poderá ser a obtenção de facilidades numa piscina, no período da noite.

Assim, solicita-se aos

sócios da zona de Lisboa interessados que comuniquem com a Secção de Dinamização ou com a Secção Desportiva.

O regime geral de pensões da Segurança Social



Festa de Natal na Sede

A Festa de Natal da Sede destinada aos sócios e seus familiares, particularmente aos mais pequenos, vai realizar-se no dia 13 de Dezembro da parte da tarde, possivelmente nas instalações do Lar Militar, pois estão a ser feitos contactos nesse sentido.

Do programa sabemos para já que constará a participação de crianças filhas de sócios que nos proporcionarão um teatrinho e cantigas, e a exibição de um grupo de saltimbancos.

E é, por ora, tudo quanto podemos dizer. No próximo número contaremos detalhadamente como foi.

Subsídios Gulbenkian para transportes

A exemplo dos anos transactos, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu à ADFA um subsídio no montante de 300 000\$00 (trezentos mil escudos) destinado a subsidiar a compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e comparticipação na compra de viatura própria dos sócios da nossa Associação portadores de grandes deficiências motoras sensoriais e psíquicas.

No caso da aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído quando se verificar a não atribuição deste material por parte das entidades médicas militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios na comparticipação para compra de viatura própria e de acordo com as normas 1/DC/80 em vigor, desti-

nam-se apenas a sócios com deficiências igual ou superior a 60 por cento, de desvalorização.

A definição de prioridades é ditada pela conjugação de vários factores entre os quais se destacam o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio, geralmente, apenas são contemplados os nossos associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1987, os sócios interessados devem preencher os processos respectivos na Sede ou nas Delegações até 31 de Janeiro procedendo-se à atribuição no decorrer do mês de Fevereiro de 87.

A concessão de pensões de velhice do regime geral e outros regimes contributivos depende da idade do beneficiário e de este ter feito descontos sobre as remunerações auferidas durante um prazo de tempo mínimo denominado prazo de garantia. Esse prazo tem sido alterado por várias vezes e actualmente é de 120 meses de contribuição para a Previdência Social.

A idade exigida para a obtenção de pensão de reforma em condições normais é de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. A Lei prevê no entanto a possibilidade de reforma antes dessas idades em situações especiais de profissões consideradas desgastantes.

A pensão de velhice é calculada de acordo com o número de anos com salários registados e a remuneração média dos cinco melhores anos dos últimos dez em que foram feitos descontos.

O cálculo baseia-se na multiplicação dessa remuneração média dos melhores cinco anos por 2,2 por cento vezes o número de anos com contribuições entradas na Segurança Social, mas este cálculo é condicionado pela existência de valores mínimos e máximos.

O limite mínimo da pensão de velhice é de 30 por cento da remuneração média e o limite máximo é de 80 por cento.

Relativamente ao valor mínimo será ainda considerado o mínimo anualmente fixado pelo Governo. Caso o mínimo de 30 por cento da remuneração média ainda seja inferior ao mínimo fixado pelo Governo, o beneficiário receberá este último valor.

Possibilidade de acumulação

Se o beneficiário tiver trabalhado enquadrado em mais que um regime

de protecção social, tendo adquirido direito a mais do que uma pensão, poderá acumular as pensões a que tiver direito, até ao limite do ordenado de ministro.

No caso de o pensionista voltar a trabalhar, mantém-se a sua obrigação de fazer descontos pelas remunerações que auferir, sendo a pensão aumentada correspondentemente.

O valor das pensões poderá ainda ser aumentado pela atribuição de um subsídio de cônjuge a cargo desde que o beneficiário tenha a seu cargo o cônjuge e este não tenha rendimentos superiores aos máximos estabelecidos para a concessão deste complemento.

Comparações com a CEE

Nos países da CEE, os regimes em vigor apresentam grandes diferenças pontuais. Por exemplo no tocante a prazo de garantia: enquanto em Portugal se exige um mínimo de 120 meses de entrada de contribuições ou seja 10 anos, na Holanda, não é exigido qualquer prazo, enquanto em Itália se exige que o beneficiário tenha descontado durante um mínimo de 15 anos.

A idade exigida para reforma é normalmente de 65 anos, embora haja alguns casos em que é diferente. Em Itália, o país da CEE que mais facilita a reforma desse ponto de vista, a idade exigida é de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres. O país onde a reforma é obtida mais tarde é a Dinamarca com 67 para os homens e 65 para as mulheres.

Quanto aos valores das pensões há fundamentalmente dois critérios em vigor na CEE: o dos países onde a pensão de reforma por velhice é de montante fixo e pode ha-

ver uma pensão complementar calculada de acordo com o valor e número de anos de contribuições, e o dos países, como Portugal, onde as pensões são estabelecidas de acordo com vencimentos auferidos e tempo de descontos efectuado.

Quanto à possibilidade de acumulação de duas ou mais pensões ou à de acumulação de pensão com rendimento de trabalho há vários critérios, indo da total proibição à possibilidade absoluta de acumular.

Quase todos os países da CEE concedem pensões superiores no caso de haver cônjuge a cargo. Há no entanto duas excepções a esta regra: Luxemburgo e Alemanha.

Pensões de invalidez

As pensões de invalidez são calculadas da mesma forma, mas o prazo de garantia exigido é de apenas 5 anos de contribuições, e aplica-se aos beneficiários que se encontrem definitivamente incapacitados de auferir no desempenho da sua profissão mais de um terço da sua remuneração.

Para este efeito só é considerada a incapacidade resultante de doença ou acidente que não esteja a coberto de legislação especial sobre acidentes de trabalho ou doenças profissionais.

A pensão de invalidez pode ser acumulada com outras pensões a que o beneficiário tenha direito, designadamente por acidente de trabalho ou doença profissional. É ainda possível a acumulação da pensão de invalidez com o exercício de actividade profissional desde que esta não se insira no âmbito da actividade para a qual o pensionista foi declarado inválido.

A pensão de invalidez será no entanto reduzida se o seu valor, acrescido dos rendimentos de trabalho for simultaneamente superior a 100 por cento da remuneração actualizada que serviu para cálculo da pensão e superior a duas vezes o salário mínimo nacional.

A pensão de invalidez poderá igualmente ser acrescida quer por suplemento de cônjuge a cargo

quer por suplemento de grande invalidez.

O suplemento de grande invalidez é atribuído aos pensionistas que não possam praticar por si os actos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas, necessitando por isso da assistência permanente de terceira pessoas.

Pensões de sobrevivência

No caso de morte do beneficiário, poderá ser atribuída uma pensão de sobrevivência a alguns familiares, nomeadamente o cônjuge descendentes e ascendentes.

Têm direito a pensão de sobrevivência por viuvez os conjuges sobreviventes com mais de 65 anos (homens) ou 35 anos (mulheres), de montante igual a 60 por cento da pensão recebida pelo cônjuge falecido. Se o cônjuge nestas condições voltar a casar, perderá automaticamente direito à pensão.

A pensão é ainda atribuída temporariamente aos conjuges do sexo feminino de idade inferior a 35 anos e aos conjuges do sexo masculino com menos de 65 anos que estivessem a cargo do cônjuge falecido e se encontrem incapacitados para qualquer trabalho.

O valor total das pensões de sobrevivência (caso por exemplo de cônjuge e filhos) poderá atingir o montante máximo de 100 por cento da pensão do beneficiário.

Pensões sociais

A par das pensões dos regimes contributivos, a segurança social, concede pensões sociais de velhice ou invalidez aos que não tendo exercido actividade profissional ou não preenchendo as condições para a atribuição de pensões de velhice ou invalidez e tendo mais de 65 anos comprovem viver em situação de carência.

O valor das pensões sociais de velhice ou invalidez é fixo e não pode ser acumulado com qualquer outra pensão.

Os grandes inválidos nestas condições beneficiam ainda de um suplemento de grande invalidez.

Em caso de morte do pensionista do regime de pensão social, esta poderá dar lugar a pensão de viuvez para o cônjuge.

	SITUAÇÕES ANTERIORES			NOVA SITUAÇÃO
	OUTUBRO 1985	DEZEMBRO 1985	SETEMBRO 1986	DEZEMBRO 1986
REGIME GERAL Pensão Mínima	5 500\$00	6 900\$00	10 000\$00	11 500\$00
PENSÕES ACIMA DAS MÍNIMAS Exemplos	10 000\$00 15 000\$00 17 500\$00	12 200\$00 18 300\$00 21 350\$00	— — —	13 786\$00 20 679\$00 24 125\$00
REGIME ESPECIAL TRABALHADORES AGRICOLAS	4 800\$00	5 900\$00	7 500\$00	8 500\$00
REGIME NÃO CONTRIBUTIVO OU EQUIPARADO	4 600\$00	5 700\$00	6 500\$00	7 500\$00

ELO

12º ANIVERSÁRIO

23 DE NOVEMBRO

ANIVERSÁRIO
DO
JORNAL

ELO

23 DE NOVEMBRO

ELO

ELO

ELO

ELO

PAPINHA!
PAPAROCA!

O PESSOAL
VEM LA
MAIS GENTE!

AGORA VOU
DIZER UM POEMA
DA MINHA
AUTORIA

Vivo
ELO

TÁS COM
FRAQUEZA?



Vamos comemorar 12 anos de luta pela dignidade da pessoa deficiente e pela integração na sociedade

Vamos reflectir sobre o muito que foi feito e sobre o muito que está ainda por fazer

Grande almoço convívio

Vamos comemorar os doze anos de publicação do nosso jornal. Uma comissão constituída pelos sócios Cascada, Armando, Vassalo, Antunes, Galvão, Malacriz e Sá Flores preparou uma série de iniciativas a desenvolver de 19 a 23 de Novembro em Lisboa. No dia 19 (4.ª-feira), às 21 horas, haverá projecção do filme «Um Adeus Português», de João Botelho, no Lar Militar, seguido de debate com o realizador. Há transporte assegurado, a partir das 20 horas, da Sede para o Lar Militar. Durante os dias 21, 22 e 23 estará patente na Sede uma exposição evocativa do «ELO».

Na sexta-feira, dia 21, às 21 horas, haverá uma mesa-redonda subordinada ao tema «Iniciativas Individuais de Emprego - Cooperativas, uma via para o futuro?», com a presença de especialistas.

Sábado dia 22 iniciar-se-á com manifestações desportivas: futebol de salão e basquetebol. O estado do tempo decidirá se essas actividades, a partir das 10 horas, terão lugar no campo de jogos do Lar Militar ou (caso chova) no pavilhão do RALIS.

Ainda no sábado, haverá um encontro da Direcção Central com os associados, pelas 20 e 30, seguido de um debate sobre «A Deficiência e as suas necessidades», pelas 21 e 30, na sede.

Este programa culminará com um grandioso almoço de confraternização, no domingo, no salão nobre da sede.

Paralelamente, estarão expostos no parque de estacionamento da Sede dois novos veículos da gama Renault, marca que apoia o desporto na ADFA.



DOZE ANOS DE HISTÓRIA DA ADFA

Em Novembro de 1974, saía dos prelos da Tipografia-Escola da ADFA o «número zero» do ELO que afirmava em primeira página:

«O jornal dos deficientes das forças armadas exprimir-se-á por norma e por imperativo na linguagem simples, mesmo rude, mas clara, que os deficientes, na sua quase totalidade soldados, sabem utilizar e entendem.

Escrito por nós e para nós, poderá ser lido e assim compreendido pelas nossas famílias, como nós simples e mergulhadas nos nossos problemas, assim como por todo o povo que sofreu com as guerras coloniais e entende também a nossa linguagem.

Se existir alguma filosofia nos nossos artigos, ela não será fruto duma procura rebuscada em gabinete fechado, será antes fruto espontâneo das nossas vivências e da nossa experiência. Transmitiremos sem nada evitar ou esconder tudo o que vivemos e sentimos, trazendo ao conhecimento de todos o que tão escondido andava. Para além da necessidade, força-nos também o dever de transmitir e denunciar, quando for o caso, tudo o que diz respeito às mazelas da guerra e à sua cura.

Este é o nosso simples contributo para a reconstrução do Portugal novo e justo que o verdadeiro Povo Português deseja.»

O número 1, publicado no mês seguinte, dava conta da entrega no Palácio de S. Bento de um documento dirigido ao primeiro-ministro onde se apresentava um prazo de dez dias para se conseguir «um ponto objectivo de partida», para a resolução dos nossos problemas, documento que não chegou ao conhecimento do chefe do Governo, não tendo sido também estabelecido qualquer contac-

to oficial com a ADFA durante o referido prazo, pelo que «no dia 23 de Novembro, em Assembleia Geral Nacional, foi decidido a tomada do Palácio da Independência e a realização de um cortejo até S. Bento, a fim de sermos recebidos pelo chefe do Governo». Durante o cortejo foi distribuído um comunicado à população em que nomeadamente se afirmava:

«Lutamos há sete meses sem vermos atingidos os nossos objectivos. Nos governantes encontramos boa vontade, compreensão e nada mais.

«Lutarás connosco para que a Nação se responsabilize pela nossa situação. (...)

Sabemos que connosco repudiarás a guerra e ao nosso lado participarás na grande batalha da Reintegração».

1975

Em Janeiro de 1975, o n.º 2 dava conta da grande preocupação do momento: o levantamento da situação dos Deficientes das Forças Armadas: quantos? quais as suas deficiências? como viviam? quais as suas carências?

Em Fevereiro, o ELO noticiava a realização de uma reunião de trabalho com deficientes civis.

Em Março seguinte, em primeira página, o ELO tomava posição nos acontecimentos políticos nacionais, afirmando a respeito do 11 de Março: «Cravos vermelhos regados com sangue no desespero da reacção».

Ainda em Março anunciava-se estar em «fase bastante avançada a preparação do novo Decreto-Lei que conterà as linhas fundamentais da REabilitação, Assistência e Indemnização dos deficientes das Forças Armadas, frisando-se que «a ADFA tem participado activamente na elaboração do diploma, não tendo até agora sido definido qual-

quer ponto sem o seu acordo.

Em Abril o ELO anunciava a realização da segunda Assembleia Geral Ordinária da ADFA em que foram eleitos órgãos administrativos para o biénio 1975/77.

Em Maio, as condições existentes no Hospital Militar Principal eram motivo de vivas críticas no nosso jornal. Longos artigos iniciavam uma abordagem dos «Aspectos psicológicos e sociológicos na integração comunitária do deficiente». Anunciava-se o início do levantamento da situação dos deficientes das Forças Armadas.

Os jornais de Junho davam particular destaque à independência de Moçambique e ao Plano de Acção Política do MFA.

Em Agosto, sob o título «Agora ou vai ou racha» publicava-se uma foto de Otel Saraiva de

Doze anos ininterruptos de publicação constituem idade respeitável para um órgão de Comunicação Social no nosso País. E mais ainda se se tratar de um órgão de Informação dedicado aos problemas dos deficientes.

Ao longo dos 150 números publicados (incluído este número e o número zero) encontramos escrita para a posteridade a história da vida da ADFA, nas suas conquistas, nos sobressaltos por que passou, no momentos cruciais de afirmação de novos rumos, nos momentos maus, também.

Ao longo destes 150 números encontramos desvios à linha traçada pelos fundadores da ADFA, há que reconhecê-lo.

Como terá que ser reconhecido, também, que sempre, nessas circunstâncias, os sócios souberam repor as coisas no seu lugar, reafirmando os objectivos essenciais da ADFA, que são a defesa dos interesses dos deficientes em geral e dos deficientes militares em particular, num espírito partidário e confessionalmente isento.

Carvalho e Fidel de Castro, assim legendada: «dois homens, duas revoluções, o mesmo ideal». A análise da situação política do primeiro-ministro Vasco Gonçalves ocupava duas páginas do n.º 15.

Em Setembro de 1975, os deficientes das forças armadas manifestavam-se frente ao Palácio de Belém em protesto contra o parecer negativo o Ministério das Finanças ao projecto de Decreto-Lei sobre deficientes militares.

Em Outubro, o ELO noticiava «Em S. Bento, os chaimites dos comandos atacam» e «Na Emissora Nacional, microfones interditos aos deficientes».

Em Novembro o título de primeira página anunciava «Governo aprovou Dec.-Lei dos DFA» mas um subtítulo especificava «Mais de 20 000 DAF's não abrangidos». Inicia-

va-se a campanha pelo direito ao trabalho.

1976

Em Dezembro porém o título referia o facto de o Dec.-Lei não ter ainda sido promulgado para em Janeiro de 1976 anunciar «Decreto-Lei dos ADFA publicado no «Diário do Governo». Em folha destacável o seu conteúdo era integralmente divulgado.

Os números de Fevereiro davam a palavra aos DFA internados no HPM e não abrangidos pelo Dec.-Lei 43/76, e anunciavam a realização do I Congresso Nacional.

Em Março de 1976, as conclusões do I Congresso, realizado em Coimbra apontavam: «A ADFA deverá ter sempre uma actuação anti-fascista, orientando a sua política de reabilitação e reintegração sócio-profissional

dos deficientes numa perspectiva socialista».

Ainda em Março, a edição da segunda quinzena relatava os resultados da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou os Estatutos da ADFA, onde se incluía a possibilidade de admissão de familiares como sócios extraordinários e transcrevia a moção aprovada por unanimidade pelos sócios, exigindo do Presidente da República e do Conselho da Revolução a reformulação do Decreto-Lei sobre deficientes militares, tornando-o extensivo a todos aqueles que no cumprimento do serviço militar contraíram deficiências permanentes. Era ainda publicado o texto da Portaria 162/76, regulamentadora do D-Lei 43/76.

Em Abril, o Elo noticiava o início do apoio médico aos sócios, mercê da doação à ADFA de parte da Sociedade Clínica do Rossio, e publicava as normas para a criação de uma Cooperativa de Comercialização de Bens de Consumo (CODEFA).

Em Junho, lia-se que a CMRA visitou a Lar Militar.

Em Agosto era criado o Centro Oficial de Meios Ordinários.

Em Outubro de 1976 realizou-se uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária, onde foi aprovada uma resolução prevendo, nomeadamente, a criação de uma comissão encarregada de rever os estatutos aprovados em 26 de Março do mesmo ano.

Em Dezembro, o ELO, que vinha sendo publicado duas vezes por mês, passa a mensal. A situação dos grandes deficientes não abrangidos pelo 43/76 era levada ao Minis-



tro da Defesa Nacional. Eram publicados dois projectos de revisão dos estatutos, um preconizando para a ADFA uma «actuação antifascista» outra uma «actuação democrática».

1977

Em Fevereiro de 1977, um Grupo de Trabalho encarregado de propôr medidas para a entrada em funcionamento da Comissão Permanente de Reabilitação (CPR) é recebido pelo primeiro-ministro Mário Soares. Apontava-se já para a criação de um órgão coordenador de uma política nacional de reabilitação.

O ELO de Março anunciava que a ADFA iria estar presente, representando Portugal no V Campeonato de Tiro ao Arco para Deficientes, na Holanda.

Em Abril noticiava-se a publicação dos Estatutos da ADFA em Diário da República. Um despacho do Secretário de Estado da Orientação Pedagógica regulava a realização de exames na Escola da ADFA.

Em Junho, os deficientes não abrangidos por qualquer esquema de Previdência passavam a poder ser sócios dos Serviços Sociais das Forças Armadas. Realizou-se em Lisboa um Seminário sobre Desporto e Tempos Livres para Deficientes.

Em Agosto, culminando um processo em que a ADFA teve fundamental importância, era criado o SNR, em substituição da inoperante Comissão Permanente de Reabilitação. A ADFA solicitou o apoio dos sindicatos para a colocação de deficientes no mercado de trabalho. Os descontos em transportes na CP tornaram-se extensivos aos deficientes com menos de 30 por cento de incapacidade.

Em Outubro é elaborado um projecto de Decreto-Lei sobre Pensionistas de Preço de Sangue a apresentar ao Ministério da Defesa Nacional. O ELO dava conta da necessidade de requerimento ao primeiro ministro para que fosse possível acumular pensões com vencimentos por trabalho exercido na Função Pública. Caso contrário, os vencimentos sofreriam uma dedução de dois terços.

Em Dezembro tomou posse o Secretário Nacional de Reabilitação. As isenções fiscais em veículos tornaram-se extensivos aos deficientes civis com mais de 60 por cento de incapacidade. O ELO

publicava uma reportagem sobre as actividades do COMO em 1977.

1978

Em Março de 1978, os deficientes passam a ter lugares reservados nas carruagens da CP.

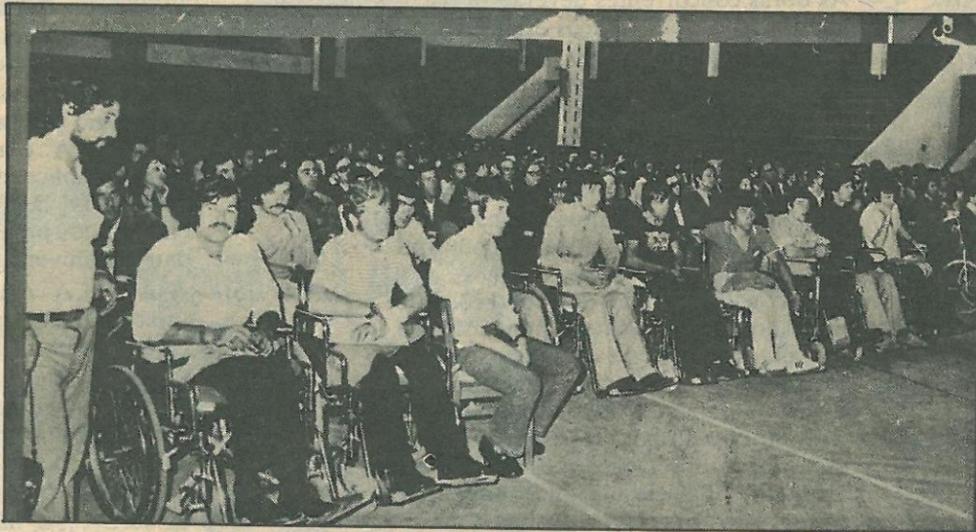
Em Abril realizava-se um encontro entre a ADFA e a APD com vista à criação de um órgão inter-associações.

Em Julho era publicado um inquérito à situação dos DFA's: 80,3 por cento tinham entre 27 e 38

ciente: o Governo extinguiu a CMRA e cortou a assistência médica dos SSFA.

Em Fevereiro uma Assembleia Geral Extraordinária aprovou uma proposta exigindo a revogação da lei que extinguiu a CMRA e reivindicando o imediato estabelecimento de negociações para alteração do Dec-Lei 43/76.

Em Março de 1981, a ADFA divulgou em conferência de Imprensa as acções a desenvolver durante o Ano Internacional



anos e 10,4 por cento menos de 26 anos.

Em Dezembro desse ano, ADFA e APD, em comunicado conjunto rejeitam «caridadezinha» como a «Operação Pirâmide».

1979

Em Janeiro de 1979, o ministro da Defesa Nacional visitou a Sede da ADFA.

Em Março o Secretariado Nacional de Reabilitação tinha a sua primeira reunião.

Em Maio, o Presidente da República determina que o Palácio da Independência seja entregue à comunidade portuguesa no Brasil.

Em Julho a ADFA lança um curso de próteses dos membros inferiores em colaboração com o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e a Universidade de Nova Iorque. Nesse mesmo mês é publicado o Decreto-Lei 191-A, que revê o Estatuto da Aposentação.

Em Setembro, o projecto de estatutos da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes é posto à discussão entre os sócios.

Em Outubro, a ADFA está presente em Roma no Encontro Mundial de ex-Combatentes para o Desarmamento.

1980

As condições especiais de crédito para a construção de habitação própria tornam-se extensivas aos deficientes civis.

Em Dezembro, com parecer negativo das associações de deficientes, é nomeado Secretário Nacional de Reabilitação o coronel Vilallobos.

1981

Em Janeiro de 1981 é um mês negro para o defi-

do Deficiente e as teses a apresentar no II Congresso.

O número de Abril de 1981, convocava a manifestação de protesto de 15 de Maio.

Maio seria um mês febril: o Presidente da República recebeu a Direcção Central no dia 12. No dia 15 iniciava-se o II Congresso no Alcoitão e realizava-se a manifestação frente ao Ministério da Defesa Nacional.

Em Junho o «Elo» dava conta de que o MDN dialogava com a ADFA e publicava resultados do inquérito «quantos somos? Como somos».

Em Outubro uma delegação do Hospital Militar de Hamburgo visitou a Sede.

1982

Em Janeiro de 1982, uma Assembleia Geral Nacional exigia que Governo e Forças Armadas assumissem as suas responsabilidades perante a situação dos deficientes militares.

Em Março um grupo de trabalho Defesa Nacional/SNR/ADFA para estudar a revisão da legislação sobre deficientes militares iniciava as suas reuniões.

Em Maio, o Ministério da Defesa Nacional abandonou esse grupo de trabalho, enquanto o SNR mantinha as suas iniciativas de preparação de nova legislação. A ADFA assumiu a posição de exigir a participação do ministério da Defesa e pediu audiência ao respectivo ministro.

Em Junho, um elemento do Conselho da Revolução, comandante Vítor Crespo esteve na sede da ADFA para analisar medidas legislativas a aprovar por esse órgão.

A ADFA afastava-se do organismo inter-asso-



Manifestação durante o Ano Internacional do Deficiente

Assembleia de fundação da ADFA

Em 1974, muitos deficientes militares estavam ainda nesta situação



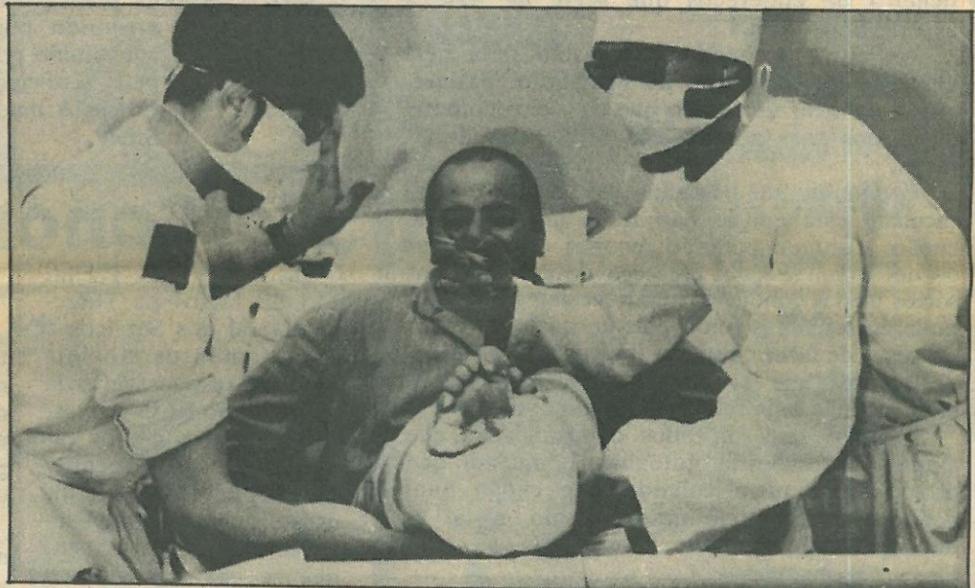
passou efectivamente a ser aplicado.

Em Outubro, correspondendo à pressão da ADFA e outras associações de deficientes, foi nomeado novo secretário Nacional de Reabilitação, Bobela Mota, que visitou

Europeia da FMAC este-ve reunida em Lisboa durante três dias.

Em Abril o MDN reafirmava a promessa de criação de um organismo militar para a reabilitação.

Em Junho era publica-



ciações de deficientes por não concordar com a falta de isenção partidária nele instalada.

Em Setembro, um Decreto-Lei altera a orgânica do SNR retirando competências ao Conselho Nacional de Reabilitação e negando, na prática, a possibilidade de participação dos deficientes.

Em Outubro, o Conselho da Revolução aprovou um decreto sobre as ADM que seria publicado em Diário da República no mês seguinte.

Em Dezembro, a ADFA tornou-se membro da Federação Mundial de Antigos Combatentes.

1983

Em Janeiro de 1983, o «Elo» noticiava que o decreto das ADM não estava a ser aplicado sob alegação de falta de verbas.

Em Fevereiro, a ADFA esteve ausente das reuniões do CNR destituído de qualquer poder deliberativo.

Em Setembro, o secretário-geral da FMAC, Serge Wourgaft visitou a ADFA. Só a partir desse mês o decreto das ADM

as instalações da Sede poucos dias depois de tomar posse, e visitou a Tipografia em Dezembro desse ano.

Em Dezembro foram inauguradas as novas instalações da Delegação de Setúbal.

1984

Em Abril de 1984 comemorou-se o 10.º aniversário da ADFA.

Em Junho realizou-se em Lisboa o Congresso da Reabilitação Internacional. A ADFA estabeleceu relações de cooperação com os deficientes da Guiné.

Em Setembro foram reconhecidos aos milícias os direitos do DFA.

Em Outubro foi publicado o decreto-Lei sobre os milícias. O Ministério da Defesa Nacional comprometeu-se a voltar a criar um organismo militar para a reabilitação e afirmou-se empenhado na resolução do problema da acumulação de pensões e a reformas da Função Pública.

1985

Em Fevereiro de 1985 a Comissão Permanente

da a legislação regulamentadora do Trabalho Protegido para deficientes.

Em Setembro o «Elo» anunciava a criação no Porto de um Centro de Reabilitação e Formação Profissional.

1986

Em Janeiro de 1986, o secretaria de Estado da Defesa elaborou uma proposta de Decreto Lei sobre acumulações de pensões e reformas da Função Pública que foi enviada ao Ministério das Finanças para apreciação.

Em Junho foi criada na sede um Centro de Massagens de Reabilitação.

Em Setembro, a ADFA concorreu a apoios do Fundo Social Europeu para o lançamento de cursos de formação profissional a funcionar nas Delegações.

Em Outubro a Câmara Municipal de Matosinhos oficializou a cedência do terreno para a construção do Centro de Reabilitação e Formação Profissional.



Jogos florais da

Regulamento

A ADFA vai lançar um Jogos Florais, iniciativa integrada nas comemorações do 12.º Aniversário do «Elo», a que poderão concorrer todos os ficcionistas, sócios ou não da ADFA. O melhor trabalho sobre deficientes será objecto de um prémio especial. Para ampla divulgação entre os interessados, aqui fica o regulamento. Esse regulamento pode no entanto se pedido para a sede por todos quantos o desejam.



EXPEDIÇÃO DO ELO

Casos isolados de sócios que não recebem regularmente o ELO apesar de terem as suas quotas em dia chegam de quando em quando ao nosso conhecimento.

Parte destes problemas é devido à falta de actualização da residência dos associados no ficheiro de endereços que serve de base à expedição do Jornal.

Assim, e aceitando a sugestão feita pela Direcção da Delegação de Famalicão, passaremos a publicar um cupão que os sócios poderão enviar-nos para actualização do ficheiro demoradas.

É evidente que os sócios que porventura não recebam esta edição não terão acesso a este cupão. Contudo poderão recorrer ao exemplar de um camarada ou, em caso de haver muitos sócios nessas condições numa mesma delegação, poderão ser feitas fotocópias ou qualquer outro processo de fazer chegar as indicações solicitadas neste cupão aos serviços de expedição do ELO para que não haja falhas no próximo número.

Pedimos pois, a todos os associados que mudem de residência ou tenham já mudado que no-lo comuniquem colando este cupão num postal ou escrevendo nesse mesmo postal as indicações aqui contidas:

☒
Sócio N.º Nome

.....
Rua/Avenida/Largo/Praça/Travessa/Beco/Lugar

.....
Freguesia Concelho

.....
Código Postal

Enviar para: ELO/Expedição
ADFA
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 — LISBOA CODEX

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (A.D.F.A.) com o apoio da Sociedade de Língua Portuguesa (S.L.P.) vai realizar Jogos Florais para comemorar o XII aniversário do seu Jornal ELO.

Art.º 1 — São admitidos a concurso trabalhos inéditos redigidos em Língua Portuguesa.

Art.º 2 — Para os Jogos Florais aceitam-se as modalidades de Poesia e Contos.

Art.º 3 — O conteúdo temático das obras concorrentes será livre, havendo um prémio para a obra que se distinga na temática sobre o deficiente.

Art.º 4 — As obras concorrentes deverão ser dactilografadas a dois espaços em papel A4 em 3 exemplares com o mínimo de 35 páginas de poesia e 70 para os contos.

Art.º 5 — Os exemplares devem ser assinados com pseudónimo e enviados em subscrito com o pseudónimo no exterior, contendo no interior outro subscrito lacrado com um cartão no qual deverá constar o nome, morada e título do trabalho ou trabalhos do concorrente.

Art.º 6 — O não cumprimento das condições de art. anterior implica a eliminação do trabalho concorrente ao concurso.

Art.º 7 — Os originais concorrentes deverão ser enviados até ao dia 30 de Abril de 1987, data do correio para o Jornal «Elo» da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, Lisboa.

Art.º 8 — O prémio de cada modalidade será atribuído por um júri do concurso constituído por duas pessoas indicadas pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas e por um elemento da S.L.P.

Art.º 9 — Os membros do júri não podem concorrer a estes jogos Florais.

Art.º 10 — O júri reunirá nos dias imediatos à data fixada no art.º 7 e estabelecerá o calendário de reuniões que julgue necessário. As reuniões serão secretas, deliberando o júri em plena independência e em liberdade de critérios.

Art.º 11 — Será distinguido um trabalho de cada uma das modalidades do concurso.

Art.º 12 — Os prémios a atribuir serão os seguintes: Poesia e Contos 30 000\$00 cada. Ao melhor trabalho sobre o deficiente 20 000\$00. Serão atribuídas menções honrosas aos segundo e terceiro trabalhos de cada modalidade.

Art.º 13 — O júri poderá deliberar a não atribuição do prémio por falta de qualidade.

Art.º 14 — A A.D.F.A. e a S.L.P. darão conhecimento público dos trabalhos premiados no dia 11 de Maio procedendo-se à entrega dos prémios no dia 14 de Maio, data do aniversário da A.D.F.A.

Art.º 15 — A A.D.F.A. e a S.L.P. providenciarão junto das editoras no sentido da publicação das obras premiadas.

Art.º 16 — Decorrido um prazo razoável e caso não apareça nenhuma editora interessada na publicação das obras premiadas, a A.D.F.A. reserva-se o direito de publicação com o fim de recolha de fundos.

Art.º 17 — A A.D.F.A. não se comprometerá a devolver os originais concorrentes se estes não forem levantados até ao dia 30 de Junho de 1987.

Art.º 18 — Qualquer questão omissa neste regulamento será resolvida pela Organizadora do aniversário da «Elo».

Elo Sonoro

Do Centro de Produção de Meios da Direcção-Geral dos Serviços e Equipamentos Sociais Oficiais, responsável pela gravação do ELO em cassetes para os nossos camaradas cegos, recebemos um pedido de rectificação da notícia publicada no último número, em que se anunciava que a primeira edição sonora seria distribuída até 1 de Novembro.

O prazo que indicámos é escasso para que aqueles serviços possam produzir o número de cópias necessário, pelo que é natural que alguns sócios demorem mais tempo a ter as cassetes com o ELO à sua disposição.

Os serviços indicados estão, no entanto a fazer esforços para responder mais rapidamente.

Relembramos, entretanto, as normas que é necessário seguir para que os sócios continuem a receber os números seguintes em boas condições:

As duas cassetes de 60 minutos contendo a gravação de um número são enviadas dentro de um envelope aberto (secograma) envoltas num outro envelope para devolução após a leitura.

Os envelopes para devolução estão já devidamente endereçados à ADFA, não necessitam de ser selados, e neles consta igualmente a indicação do remetente.

Logo que tenham ouvido as cassetes, os sócios

deverão devolvê-las tal qual lhes foram enviadas, pois a regulamentação postal em vigor assim o impõe. Não é pois possível devolver cassetes diferentes das recebidas ou utilizá-las, entretanto, para outros fins.

Além disso, essas mesmas cassetes serão depois necessárias para a gravação do número seguinte.

Dados estes condicionamentos, se o sócio não devolver as cassetes no estado em que as recebeu e no prazo de 15 dias, não poderemos garantir a recepção atempada do número seguinte.

Importante: se o sócio desejar a gravação de um dado número para ficar com ela em definitivo, de-

verá requisitá-la aos serviços da ADFA, enviando cassetes para o efeito. Não poderá, em qualquer caso ficar com as cassetes que lhe são enviadas.

Estas instruções constarão igualmente do início de cada gravação. Lembremos que os sócios cegos que não disponham ainda de leitor de cassetes poderão requisitá-lo no Serviço de Oftalmologia do Hospital Militar Principal, devendo para o efeito ir a uma consulta dessa especialidade nesse hospital.

Agradecemos ainda a todos os utentes deste novo serviço todas as sugestões que nos permitam melhorar o ELO SONORO quer em termos de gravação quer no tocante à forma de envio.

Por cada sócio um novo assinante

☒
Queiram considerar-me assinante do ELO pelo período de um ano
Nome
Morada
.....
Código Postal
Assinatura
Assinante proposto pelo sócio

N.º

(Recortar e enviar preenchido a Sede ou entregar nas delegações acompanhado de cheque ou vale postal (mínimo 300\$00).)

☒
Queiram considerar-me assinante do ELO pelo período de um ano
Nome
Morada
.....
Código Postal
Assinatura
Assinante proposto pelo sócio

N.º

Basta que cada sócio recorte ou fotocopie pelo menos um dos cupões abaixo publicados, trazendo até nós um amigo.

Esses cupões, além de se destinarem à inclusão, no ficheiro, dos dados dos novos amigos que iremos trazer, servirão para se proceder à atribuição de um aliciante prémio a um dos novos assinantes e idêntico prémio ao sócio que o propôs.

Mas o relançamento do Elo e a sua maior difusão poderá ser ainda mais vasto, tendo apenas, como limites, os limites da imaginação dos sócios de cada delegação e núcleo.

Por que não colocar 10 exemplares do Elo no jornaleiro ou no quiosque da esquina da delegação, dando-lhe a mesma percentagem das demais publicações, ou proceder à venda directa na rua, noutras associações de deficientes, no Centro Paroquial ou na Junta de Freguesia?

A resposta surgirá certamente caso a caso, de acordo com as possibilidades de cada delegação e núcleo.

Na certeza de que todos iremos participar no relançamento do nosso jornal.